

Aula 00

*Contabilidade Avançada p/ SEFAZ-PR
(Auditor Fiscal) Com Videoaulas - 2020*

Autor:

20 de Fevereiro de 2020

Sumário

1. Metodologia.....	5
1.1 - Conteúdo	5
1.2 - Questões de Concursos	5
1.3 - Resumos e Mapas Mentais	6
2. Apresentação Pessoal.....	6
3. Cronograma de Aulas	7
4. Perguntas Frequentes No Curso.....	8
5. Dicas Para Que Você Possa Aprender Contabilidade e Evoluir Na Disciplina	9
6. Redução Ao Valor Recuperável De Ativos	11
6.1 - Definições importantes sobre teste de recuperabilidade.....	14
6.2 - Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável.....	17
6.3- Periodicidade De Realização Do Impairment Test	20
7. O que Eu Tenho que Saber Até Aqui?.....	24
8. Identificação de Que Um Ativo Pode Estar Desvalorizado.....	24
9. Mensuração do Valor Recuperável.....	26
10. Valor Justo Líquido De Despesas De Venda	27
11. Valor De Uso.....	27
12. Base Para Estimativas de Fluxos de Caixa Futuros	28
13. Reconhecimento e Mensuração de Uma Perda Por Desvalorização	29
14. Perda Por Recuperabilidade de Ativos Reavaliados	30
15. Identificação da Unidade Geradora de Caixa à Qual Um Ativo Pertence	33
16. Valor Recuperável e Valor Contábil de Uma Unidade Geradora de Caixa	34
17. Reversão Da Perda Por Desvalorização.....	36
18. Divulgação.....	41



19. Questões Comentadas.....	41
19.1 - FCC	41
19.2 – COPS UEL.....	95
19.3 – UFPR	97
19.4 – PUC PR.....	102
20. Lista de Questões.....	104
20.1 - FCC.....	104
20.2 – COPS UEL.....	125
20.3 – UFPR	126
20.4 – PUC PR.....	128
21. Gabarito	129
22. Resumo.....	130



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão?

Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade Avançada**, com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**, para o cargo de **Auditor Fiscal** da Secretária de Estado da Fazenda do Paraná.

O edital ainda não foi publicado! Todavia, foi aprovado o relatório proposto pela Comissão Organizadora do próximo Concurso. A comissão do certame teve até o final do semestre de 2019, para realizar o levantamento de cargos e vagas que devem ser preenchidas no certame.

Segundo informações prestadas pelo presidente da Comissão, Agemir Dias, a ideia é ofertar mais de 100 vagas para os cargos de Auditor Fiscal e Agente Fazendário.

A expectativa é de que o concurso SEFA PR seja realizado em breve, devido a **8 anos sem concursos** e a necessidade de recompor o quadro de servidores que atualmente registra um número relevante de pessoas inativas.

Lembrando que para concorrer a este cargo é preciso ter formação em nível superior em qualquer área de formação. Ou seja, isso significa que você **NÃO PRECISA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA** para poder prestar o concurso.

O último Concurso SEFA Paraná ocorreu em 2012 para o cargo de Auditor Fiscal "A" ofertando 100 vagas. A banca organizadora do concurso foi a COPS/UEL.

A ementa de Contabilidade Avançada foi a seguinte:

Contabilidade Avançada

Critérios de avaliação e baixas das contas do ativo: investimentos, imobilizado e intangível. Contabilização de vendas, compras, devoluções, prestações de serviços, abatimentos, despesas e receitas operacionais e não operacionais. Consolidação das demonstrações contábeis: conceitos e objetivos da consolidação, critérios contábeis aplicados, obrigatoriedade e divulgação. Reorganização e reestruturação de empresas: processos de incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas. Aspectos contábeis, fiscais e legais da reestruturação social. Redução do valor recuperável de ativos: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos da Resolução nº 1.110/2007 do CFC. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.120/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior. Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior. Ativo intangível: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.139/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: reconhecimento e mensuração. Reconhecimento de despesa. Mensuração após reconhecimento. Vida útil. Ativo intangível com vida útil definida e indefinida. Recuperação do valor contábil, perda por redução ao valor recuperável de ativos. Baixa e



Contabilidade Avançada

alienação. Operações de arrendamento mercantil: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.141/2008 do CFC. Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.142/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: contabilização das captações de recursos para o capital próprio, da aquisição de ações de emissão própria (ações em tesouraria), captação de recursos de terceiros e contabilização temporária dos custos de transação. Subvenção e assistência governamentais: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.143/2008 do CFC. Partes, ajuste e valor presente: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.151/2009 do CFC. OBSERVAÇÃO: Os itens abordados no programa devem estar de conformidade com as normas atualizadas, exaradas por CFC, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e legislação societária.

Vamos falar um pouco mais da nossa disciplina neste certame e de como ela deve aparecer na sua prova.

No último concurso, a nossa querida disciplina estava na área de conhecimento A4 - Contabilidade e Auditoria que contou com 50 de 160 questões das Provas Objetivas. Não resta dúvida de sua importância.

Como o órgão não realiza concurso há 8 anos, basearemos nosso curso na banca Fundação Carlos Chagas (FCC), visto que organizou os recentes editais do SEFAZ BA (2019) e SEFAZ SC (2018), fazendo eventuais adaptações necessárias. Ainda, complementaremos com a banca do último concurso (COPS/UEL) e outras bancas do estado (UFPR e PUC PR).

Na área fiscal, elas organizaram:

- FCC: ICMS-BA, ISS-Manaus, ICMS-GO, ICMS-SC, Sefaz-MA, Sefaz-PI, ICMS-RJ, ICMS-SP;
- COPS/UEL: SEFA-PR;
- UFPR: ISS-CURITIBA;
- PUC PR: ISS-Campo Grande.

Ou seja, são bancas que conhecemos bem. Para ajudá-los, vamos oferecer aqui no Estratégia um curso começará hoje, nesta aula, terminando dentro de poucos meses, tempo suficiente para se ler o curso mais algumas vezes e fazer um bom pente fino!



1. METODOLOGIA

1.1 - Conteúdo

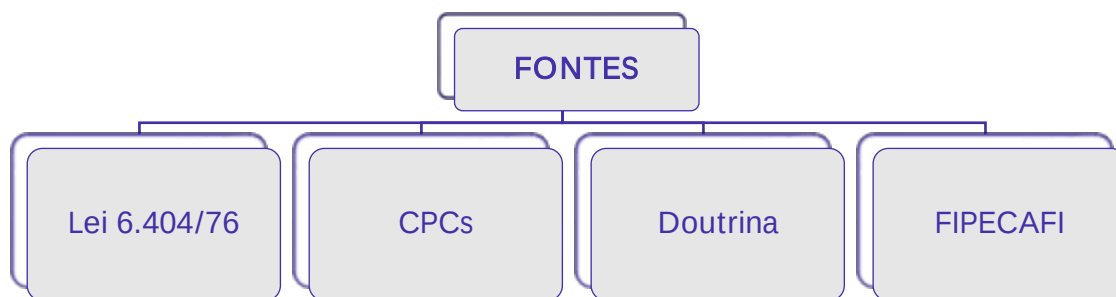
Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas.**

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas e a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% **atualizado** de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIECAFI).



1.2 - Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.

Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.



1.3 - Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, ao final de cada aula, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais, na área do aluno, para ajudar na fixação do conteúdo.

Essas duas ferramentas são apresentadas sem prejuízo do resumo completo que é disponibilizado na área do aluno do Estratégia Concursos.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

2. APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou **professor de Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: **Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos**

Instagram: **@profjuliocardozo, @contabilidadeconcurso e @prof.silviosande**



3. CRONOGRAMA DE AULAS

Vejam os a distribuição das aulas:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	Redução do valor recuperável de ativos: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos da Resolução nº 1.110/2007 do CFC.
Aula 1	Ativo intangível: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.139/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: reconhecimento e mensuração. Reconhecimento de despesa. Mensuração após reconhecimento. Vida útil. Ativo intangível com vida útil definida e indefinida. Recuperação do valor contábil, perda por redução ao valor recuperável de ativos. Baixa e alienação.
Aula 2	Operações de arrendamento mercantil: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.141/2008 do CFC.
Aula 3	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.142/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: contabilização das captações de recursos para o capital próprio, da aquisição de ações de emissão própria (ações em tesouraria), captação de recursos de terceiros e contabilização temporária dos custos de transação.
Aula 4	Subvenção e assistência governamentais: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.143/2008 do CFC.
Aula 5	Partes, ajuste e valor presente: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.151/2009 do CFC.
Aula 6	Reorganização e reestruturação de empresas: processos de incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas. Aspectos contábeis, fiscais e legais da reestruturação social.
Aula 7	Consolidação das demonstrações contábeis: conceitos e objetivos da consolidação, critérios contábeis aplicados, obrigatoriedade e divulgação.
Aula 8	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução nº 1.120/2008 do CFC. Conceitos e procedimentos: Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior.
Aula 9	Resumo

Caso seja necessário, alguma alteração pode ser necessária, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória

é o desejo de vencer. (Gandhi)



4. PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos que ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O concurseiro dificilmente terá o *feeling* para entender aquilo que realmente será cobrado e quais os temas pelos quais a banca tem predileção. Portanto, tudo o que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.



5. DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA



Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! "Mas importante do que a velocidade, é a direção".

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta para "aceitar" algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar "pré-conceitos" de lado.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são dependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.



Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. "Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas" Sun Tzu.

Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa "base contábil", como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nenhum ativo pode estar registrado na Contabilidade por valores que superem os benefícios econômicos que esperamos dele, seja pela sua venda ou pelo seu uso. Existe uma metodologia própria para analisarmos a chamada “recuperabilidade de ativos”.

Trata-se de um tema importantíssimo para provas.

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76.

Segundo este diploma legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

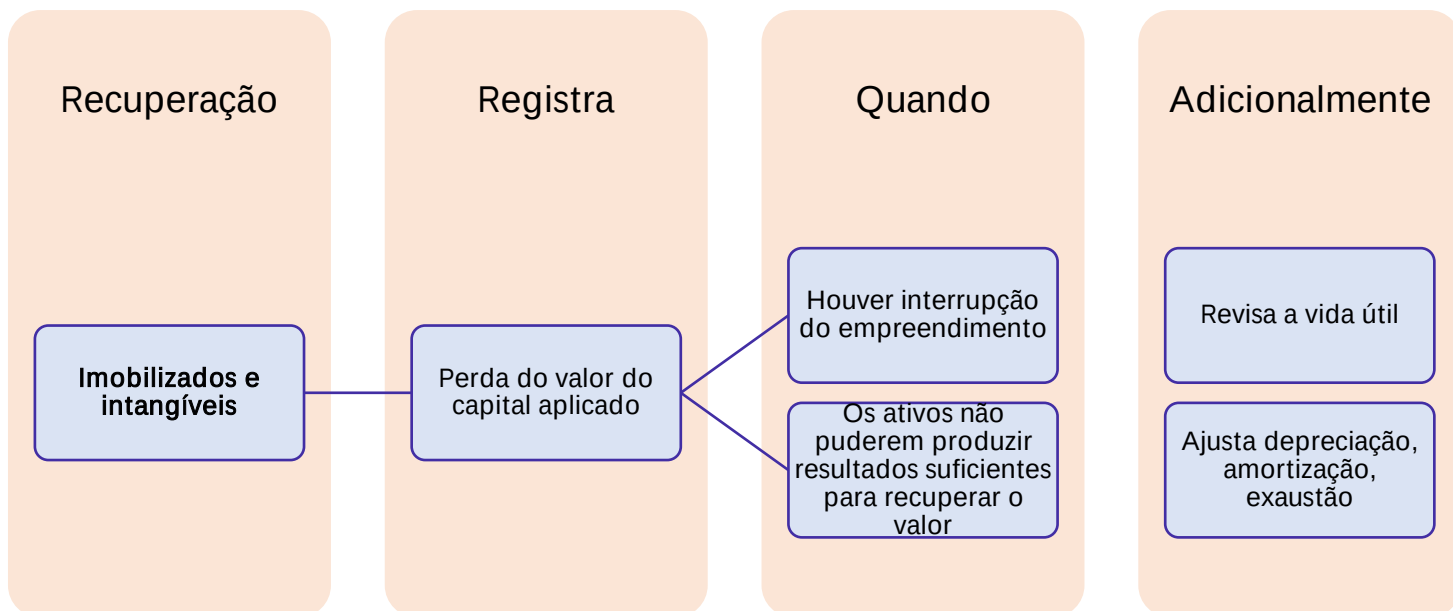
II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).

Portanto, conforme a Lei 6.404/76:





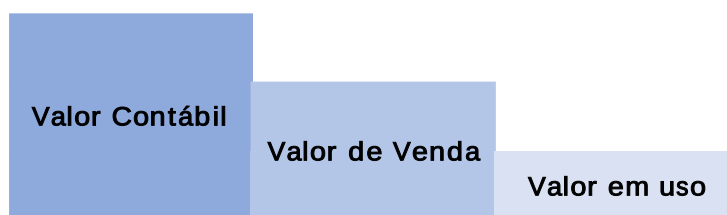
Destacamos que para a Lei 6404/76 fala do teste de recuperabilidade somente para Intangíveis e Imobilizados, mas o “conceito geral de recuperabilidade” é aplicado a todos os ativos, **sem exceção**.

Segundo o CPC 01 – Pronunciamento Técnico destinado estritamente a este assunto:

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

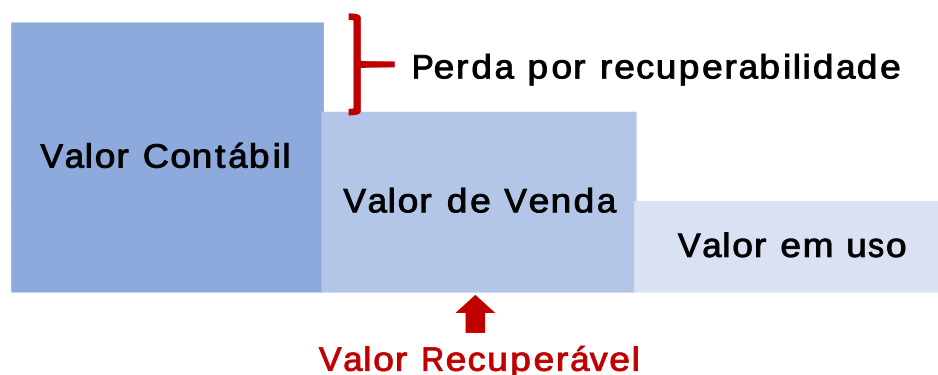
O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo pode ser realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades da entidade. Vejam que a norma fala em: assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Vejam:



Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável)**.

Esquematzemos:



Dissemos que o teste de recuperabilidade, que está previsto no CPC 01. Porém, há ativos aos quais, por disposição expressa do próprio CPC, não se submetem ao CPC 01, mas possuem metodologias próprias. .

Vamos dar uma olhada?

Alcance

*Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, **exceto**:*

(a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);

(b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Alterada pela Revisão CPC 12);

(Alterada pela Revisão CPC 12) (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);

(d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);

(e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;

(f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);



(g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Por favor, pessoal, não quer dizer que esses ativos não estão sujeitos ao conceito geral de recuperabilidade ou impairment, mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a eles. :

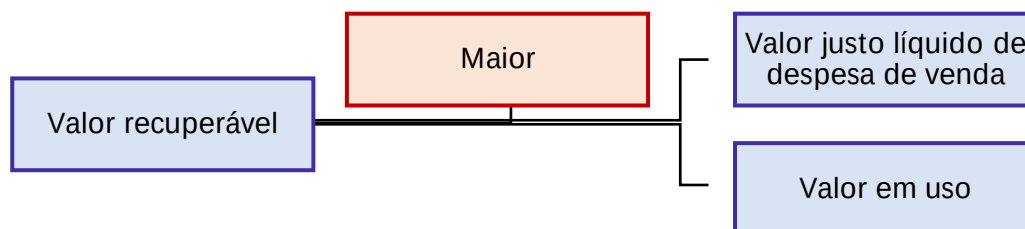
CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

6.1 - Definições importantes sobre teste de recuperabilidade

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior** (repita-se: maior) **valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o **maior**, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.



Para achar o valor em uso, temos de conhecer as entradas de caixa que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todas as saídas de caixa que estejam relacionados às receitas.

Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, entradas de caixa de R\$ 1.000.000,00, com saídas esperadas de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, resumidamente, o montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00). Se tivéssemos uma taxa de juros na operação, teríamos que usá-la para obter o valor presente.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração. (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo).

Em suma: é o valor acertado pelas partes para a negociação do bem nas CNTP,rsrs,(Condições Normais de Temperatura e Pressão, lembram das aulas de Física?).

Para fins de teste de recuperabilidade, o valor justo deve ser diminuído de gastos que necessário para colocar o bem em condições de venda, com fretes, revisões, manutenções.

Como exemplo, se a mesma máquina citada acima pudesse ser vendida pelo valor de R\$ 600.000,00, com despesas de venda no valor de R\$ 200.000,00. O valor líquido de venda seria neste caso de R\$ 400.000,00 (600.000 – 200.000).

Voltando ao conceito de valor recuperável, podemos dizer que, após realizado os passos acima, devemos proceder da seguinte forma para encontrá-lo:

- 1) Qual o valor de uso? R\$ 600.000,00.
- 2) Qual o valor líquido de venda? R\$ 400.000,00.
- 3) Conhecidos os dois dados indagamos: Qual o valor recuperável? Exato! R\$ 600.000,00, que é o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

Entenderam? Esses conceitos são importantíssimos para a prova.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Veja que o conceito diz que o **valor contábil excede o valor recuperável**. Valor Contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e estimativa para perdas por recuperabilidade.

Podemos inferir dessa leitura que temos de comparar os dois valores, o contábil e o recuperável, para achar a perda.

No exemplo acima, se o valor contábil do bem fosse R\$ 800.000,00, qual seria a perda por desvalorização?



Basta subtrairmos dos R\$ 800.000,00 o valor recuperável, de R\$ 600.000,00. Achamos o valor de R\$ 200.000,00. É essa a nossa perda!

Essa perda será registrada da seguinte forma:

D – Despesa com perda com desvalorização de ativo 200.000,00

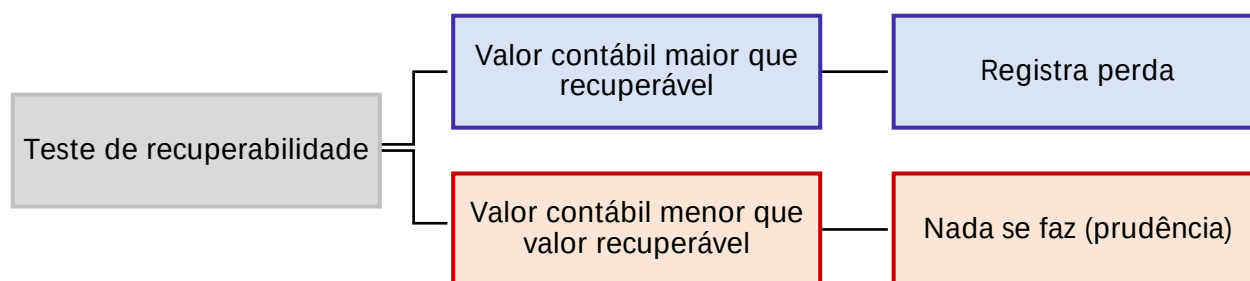
C – Ajuste ao valor recuperável 200.000,00

No balanço, fica assim:

Balanço patrimonial	
Ativo imobilizado	800.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(200.000,00)
Valor contábil	600.000,00

Do contrário, se o valor de realização do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro há que ser feito.

Esquematinizemos:



Vejamos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/RS/2014) Para fins de identificação de um ativo que pode estar desvalorizado, devemos considerar seu valor

- de uso excedente ao seu valor contábil.
- reavaliado excedente ao seu valor recuperável.
- contábil excedente ao seu valor reavaliado.
- recuperável excedente ao seu valor contábil.
- contábil excedente ao seu valor recuperável.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é a letra e.



6.2 - Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

a) Pegamos o valor de aquisição

b) Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes

c) Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com as entradas e saídas de caixa esperados, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Pegadinha! Pessoal, precisamos ter um cuidado especial quando se tratar do cálculo do valor em uso. Dissemos que o valor pelo qual o ativo pode ser vendido no final de sua vida útil deve ser incluído no cálculo do valor em uso. Contudo, se a questão disser o seguinte:

- Valor de venda do ativo ao **final da vida útil** (31.12.X1): 20.000,00

- Valor em uso em 31.12.X1: 100.000,00

Neste caso, o valor de venda do ativo já está incluído no valor em uso e não precisamos incluir novamente. Você utilizará diretamente o dado do valor em uso. Repetimos, nesta hipótese, o valor em uso será de R\$ 100.000,00, e não de R\$ 120.000,00 (100.000 + 20.000). Fiquem de olho!

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, por prudência.



Agora, duas questões:

(Contabilidade/TRE/PR/2017) Uma empresa adquiriu o direito de concessão para explorar uma atividade controlada por um órgão regulador público pelo prazo de 30 anos, após o que a concessão se encerra e a atividade volta para o domínio do órgão regulador.

O preço pago para a aquisição do direito de exploração foi R\$ 60.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2012.

No final do ano de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre o direito de concessão:

- Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.
- Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

Na apuração do resultado do ano de 2015 a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 54.000.000,00.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 6.000.000,00, apenas.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (E) não deve reconhecer nenhuma despesa porque continua com o direito de exploração.

Comentário:

Vamos calcular:

- 1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

$$\text{Depreciação anual: } \$60.000.000 / 30 \text{ anos} = \$2.000.000 \text{ por ano.}$$

Até o final de 2015, temos 3 anos.

$$3 \times \$2.000.000 = \$6.000.000 \text{ de amortização acumulada}$$

Valor contábil no final de 2015:

$$\$60.000.000 - \$6.000.000 = \$54.000.000$$

- 2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

- Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.
- Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

- 3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Como o valor recuperável é de \$50.000.000, a empresa, em 2015, deve reconhecer uma amortização de \$2.000.000 e uma perda por desvalorização de R\$ 4.000.000.

O gabarito é, portanto, letra d.



(Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("*impairment*") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentário:

Então, vamos seguir os Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Vamos aos cálculos:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Valor residual</i>	<i>-R\$ 30.000,00</i>
<i>= Valor depreciável</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses. A depreciação mensal é de:

$$\$150.000,00 / 60 \text{ meses} = \$ 2.500,00 \text{ por mês.}$$

A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

$$\text{Depreciação acumulada} = \$2.500 \times 3 \text{ meses} = \$7.500,00$$

Assim:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.500,00</i>
<i>= Valor contábil</i>	<i>R\$ 172.500,00</i>

2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido realizável de venda.

Entre o "valor justo" e o "valor em uso", o maior é o valor em uso de \$ 170.000,00.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:



3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, atendendo ao princípio da prudência.

Agora é só comparar:

Valor contábil = \$172.500,00

Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado) 2.500,00

C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo) 2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original R\$ 180.000,00

(-) Depreciação Acumulada -R\$ 7.500,00

(-) Ajuste para perda com recuperabilidade -R\$ 2.500,00

=Valor contábil R\$ 170.000,00

O gabarito é, portanto, letra d.

6.3- Periodicidade De Realização Do Impairment Test

9. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Em síntese, funciona assim: Para os ativos em geral (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

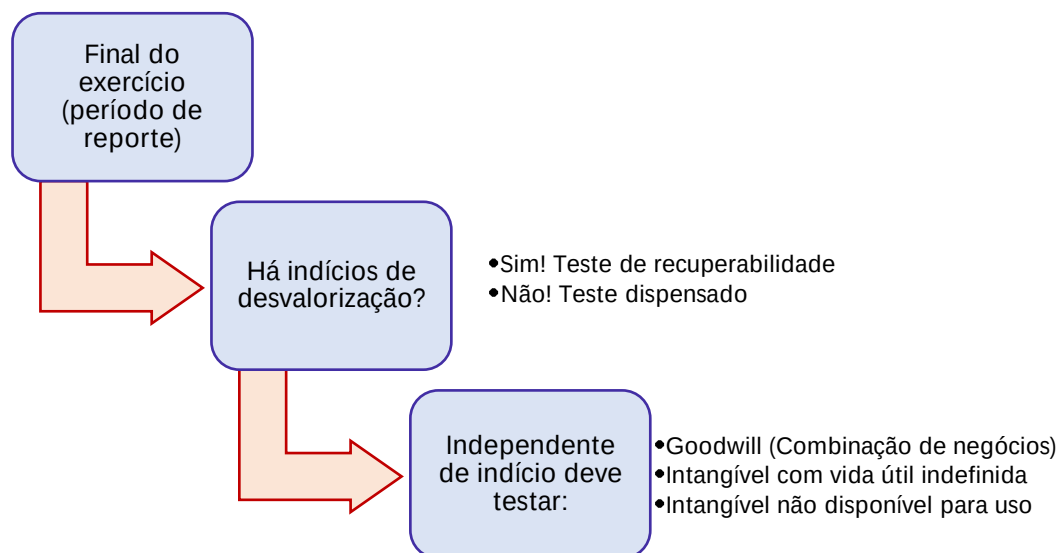
Portanto, no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.

Em suma:





Mas, professores, por que essas exceções à regra?

Os ativos em geral, como os imobilizados, por exemplo, têm reduções em seus valores ao longo do tempo (depreciação, amortização, exaustão). Então, mesmo que um ativo imobilizado esteja avaliado contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, a redução em seu valor com o decurso de sua vida útil, gerada, por exemplo, pela depreciação, vai acabar por diminuir o seu valor contábil, o que atenua esse registro contábil por valor superior ao recuperável.

Por sua vez, o goodwill, o intangível com vida útil indefinida e o ativo intangível são ativos que têm a característica comum de não sofrer amortização. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc. Não temos uma base sistemática para a alocação da amortização.

Caso o registro destes três tipos de ativos estejam por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, dispondo:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.



Precisamos destacar que falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além da sujeição ao teste de recuperabilidade (ao final do período de reporte, havendo indícios de desvalorização).

A seguir, um quesito:

(Auditor de Controle Externo/TCM – GO/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição R\$ 700.000,00

(-) Depreciação acumulada -R\$ 300.000,00

(=) Valor contábil do ativo R\$400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo R\$ 380.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

Comentários:

Temos que:

Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000.

O gabarito é, portanto, letra b.

Indo mais fundo!

Se a empresa tiver perda por recuperabilidade registrada no exercício X0, por exemplo, e ocorrer o aumento do valor recuperável no exercício X1, ela deve fazer a reversão dessa perda registrada anteriormente, como **uma receita**.



Há um limite que é o valor contábil que o bem tinha antes de reconhecer qualquer perda, vejam:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Observemos como isso pode ser cobrado em provas:

(Contador) ADAF/2018) Determinada empresa possuía, em 31/12/2016, um ativo imobilizado, o qual estava contabilizado por R\$ 500.000,00, sendo composto pelos seguintes valores:

- a) Custo de Aquisição: R\$ 600.000,00;
- b) Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015): R\$ 100.000,00.

Em dezembro de 2016, a empresa realizou novamente o Teste de Recuperabilidade desse Ativo Imobilizado (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

- a. Valor em Uso do Ativo Imobilizado: R\$ 520.000,00; e
- b. Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

De acordo com as informações apresentadas, a empresa, em dezembro de 2016,

- a) não alterou o valor contábil do ativo imobilizado.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconheceu uma perda no valor de R\$ 100.000,00.

Comentários:

Vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

Valor em Uso do Ativo Imobilizado = R\$ 520.000,00;

e Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

Valor Recuperável = MAIOR entre os dois acima: 600.000

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015)

Valor Contábil = R\$ 600.000,00 - R\$ 100.000,00 = R\$ 500.000

Caso não houvesse perda por recuperabilidade já registrada de exercícios anteriores, não seria necessário fazer qualquer ajuste, pois o valor contábil é menor do que o valor recuperável. Mas, tenham cuidado, como há perda registrada de exercícios anteriores, temos que fazer a reversão da perda. Vejamos a contabilização:

<i>D – Perdas estimadas por recuperabilidade (retificadora do ativo)</i>	<i>R\$ 100.000</i>
<i>C – Receita de reversão com perdas por recuperabilidade</i>	<i>R\$ 100.000</i>

O gabarito é, portanto, letra d.



7. O QUE EU TENHO QUE SABER ATÉ AQUI?

- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independentemente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.

8. IDENTIFICAÇÃO DE QUE UM ATIVO PODE ESTAR DESVALORIZADO

Como dito, a desvalorização se dá quando o valor contábil excede o valor recuperável. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo. Não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa formal.

Mas como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado? Quais seriam os fatores que indicam?

Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, não exaustivos, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

São eles:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (Alterada pela Revisão CPC 03)

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;



(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada

(h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:

(i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou

(ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.

Esquematizemos:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	



Se, depois de feita a estimativa formal para um ativo intangível, mantiver-se razoável certeza de que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, não há necessidade de se proceder à nova avaliação nos períodos que se seguem, se não houver vestígios de mudança neste cenário ou se o valor recuperável deste ativo for pouco elástico em relação a mudanças no ambiente.

Se houver uma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados, mesmo que os cálculos posteriormente indiquem não ser necessário reconhecer uma desvalorização para o ativo.

9. MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Lembremo-nos:

Valor Recuperável → **Maior** valor entre:

- a) valor líquido de despesas de venda;
- b) valor de uso.

Uma questão de prova pode conter o seguinte questionamento: Para a análise do valor recuperável, será sempre necessário calcular-se o valor líquido de despesas de venda e o valor de uso. A resposta deve ser assinalada como falsa.

O Pronunciamento 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Lembrem-se de que só serão feitos ajustes quando o valor contábil for maior que o recuperável.

19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Exemplificando, rapidamente:

- Valor contábil 100.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.

Pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.



21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Como regra, o valor recuperável deve ser determinado para ativos individualmente.

10. VALOR JUSTO LÍQUIDO DE DESPESAS DE VENDA

28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo. (Alterado pela Revisão CPC 03).

11. VALOR DE USO

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar - pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

(a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e

(b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Exemplo: Supondo que estamos no ano de X0 e que se espera que um ativo gere receitas para os anos de X1 e X2 no valor de \$ 100.000,00, ao final de cada ano. Qual será o valor de uso, supondo uma taxa de desconto de 10%?

Resposta: O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:



$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Logo, o nosso valor de uso na questão será:

$$\text{Valor de uso} = \frac{100.000}{(1+0,1)^1} + \frac{100.000}{(1+0,1)^2} = 90.909,10 + 82.644,60 = \$ 173.553,70$$

12. BASE PARA ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

As estimativas de fluxos de caixa para se achar o valor de uso devem ser razoáveis, com análise econômica mais profunda sobre o ambiente externo. A análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **período máximo de 5 anos adiante** (salvo se se justificar período mais longo). Todavia, deve-se excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

35. Geralmente, orçamentos e previsões financeiras de fluxos de caixa futuros para períodos superiores a cinco anos, detalhados, explícitos e confiáveis, não estão disponíveis. Por essa razão, as estimativas da administração de fluxos de caixa futuros devem ser baseadas nos mais recentes orçamentos e previsões para um período máximo de cinco anos. A administração pode utilizar projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos e previsões financeiras para um período superior a cinco anos se estiver convicta de que essas projeções são confiáveis e se puder demonstrar sua capacidade, baseada na experiência passada, de fazer previsão acurada de fluxo de caixa para esse período mais longo.

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem ser estimadas para o ativo no estado em que se encontrarem, em suas condições atuais (atenção: não devemos considerar eventuais futuras melhorias no ativo) e incluir:

- (1) projeções de entradas de caixa a partir do uso contínuo do ativo;
- (2) projeções de saídas de caixa, necessárias para gerar as entradas de caixa; e
- (3) fluxos de caixa, a serem recebidos ou pagos pela baixa do ativo.

Se a taxa de desconto considerar o aumento de preços, como no caso da inflação, os fluxos de caixa projetados devem estar em valores nominais; ao contrário, se os fluxos de caixa estiverem projetados em moeda de valor constante, a taxa de desconto não deve conter embutida a inflação do período.

Se uma questão pedir para calcularmos o fluxo de caixa e der valores a serem recebidos, como clientes, e valores a pagar, como salários a pagar, não devemos incluí-los para cálculo do valor de uso.



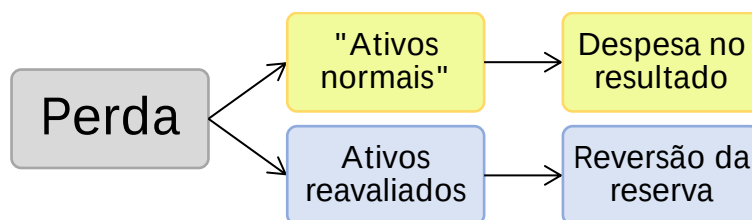
A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos ou pagos pela alienação de um ativo no fim de sua vida útil deve ser o montante que a entidade espera obter da alienação do ativo, em uma transação com isenção de interesses entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas estimadas da alienação.

13. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Segundo a norma, essa perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.

Esquematemizemos:



62. Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Imaginemos agora uma situação: Um ativo vale, contabilmente, R\$ 1.000. A perda estimada, todavia, foi avaliada em R\$ 1.500. O que fazer nesta situação? O CPC manda que se constitua uma conta no Passivo (obrigação), no valor da diferença, no caso concreto de R\$ 500, **se outra norma mandar que assim se faça**.

A situação acima pode ser exemplificada da seguinte forma: uma empresa possui uma mina com valor de \$100 milhões. Repentinamente, o minério se esgota. A mina passa a valor zero. Mas, além disso, a empresa deve recompor o ambiente (fechar a entrada da mina, reflorestar etc.), e, para isso, vai gastar \$ 2 milhões. Assim, a empresa zera o ativo (reconhece uma perda por recuperabilidade no valor da mina, no imobilizado) e reconhece um passivo de 2 milhões.

Depois de calculada a perda por desvalorização de um ativo, já devidamente lançada no ativo, devemos proceder ao reajuste dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão. Por exemplo, um ativo no valor de R\$ 1.000, depreciado em 10 anos (10% ao ano, R\$ 100 por ano), já utilizado por 5 anos, sem valor residual, teve registrada uma perda por desvalorização no valor de R\$ 250.

O valor contábil é de $R\$ 1.000 - R\$ 500$ (depreciação de 5 anos) = R\$ 500.



Com a perda, fica assim: $R\$ 1.000 - R\$ 500 - R\$ 250 = R\$ 250$

Vejam que faltam 5 anos para que o ativo seja depreciado totalmente. Porém, houve uma desvalorização, para R\$ 250 ($R\$ 500 - R\$ 250$). Assim, não mais deveremos calcular a depreciação no valor de R\$ 100, por ano, mas devemos reajustá-la. $R\$ 250/5 \text{ anos} = R\$ 50/\text{ano}$.

14. PERDA POR RECUPERABILIDADE DE ATIVOS REAVALIADOS

Segundo o CPC 01:

59. Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Diz, ainda, a norma referida que:

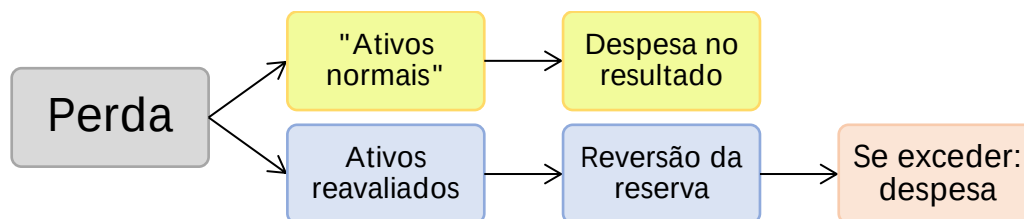
60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

Todavia, o dispositivo não pode ser interpretado por si só. Devemos fazer uma leitura conjugada com o dispositivo seguinte do Pronunciamento Contábil:

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Com efeito, a perda por desvalorização de ativo reavaliado só é reconhecida como diminuição do saldo da reavaliação à medida que haja saldo para tanto na reavaliação. Excedendo-se este montante, o valor deverá ser reconhecido como despesa, no resultado do exercício.

Esquematemizemos:



Agora, uma questão:

(Analista Judiciário/TRE/CE/2012) Considere os dados abaixo:

Dados	
Valor histórico da máquina	R\$ 1.300.000,00
Reavaliação da máquina	R\$ 200.000,00
Perda de valor recuperável do ativo contabilizada	R\$ 130.000,00
Novo valor da perda de valor recuperável calculada	R\$ 230.000,00

O registro contábil complementar que deverá ser efetuado com relação a perda do valor recuperável é:

- (A) Débito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (B) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (C) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 70.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 30.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (D) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 30.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 70.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (E) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00.

Comentários:

O ativo tem valor de R\$ 1.300.000,00, sendo que há uma reserva de reavaliação reconhecida no PL no valor de R\$ 200.000,00.

Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 200.000,00

A primeira perda registrada monta a R\$ 130.000,00 e deverá ser lançada do seguinte modo:

D – Reserva de reavaliação 130.000,00
C – Ativo – Perda de valor recuperável 130.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$	130.000,00	R\$	200.000,00
			R\$ 130.000,00

Ficará assim:

Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 70.000,00
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 130.000,00		



Contudo, após nova avaliação, tem-se que o valor da perda por teste de recuperabilidade não será de R\$ 130.000,00, mas, sim, de R\$ 230.000,00, ou seja, teremos mais R\$ 100.000,00 "perdidos".

Desta maneira, teremos de complementar o lançamento. Inicialmente, devemos consumir todo o saldo existente na reserva de reavaliação, isto é, o valor de R\$ 70.000,00.

O restante, no valor de R\$ 30.000,00, deverá ser lançado no resultado.

Tudo em contrapartida contra a redução ao valor recuperável de ativos – conta credora, redutora do ativo não circulante imobilizado.

Lançamentos:

D – Despesa - Perda por ajuste ao valor recuperável 30.000,00

D – Reserva de reavaliação 70.000,00

C - Redução ao valor recuperável de ativos 100.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$	130.000,00	R\$	200.000,00
R\$	70.000,00		
R\$	-	R\$	-

Despesa - Perda V. Recup.	
R\$	30.000,00
R\$	30.000,00

Fica assim:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ -
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 230.000,00		

Observação: para fins didáticos, vamos desconsiderar o total do ativo = passivo + PL, bem como as contas de resultado.

O gabarito é, portanto, letra d.



15. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE

Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo).

Portanto, para a prova:

1. Estima-se o valor recuperável do ativo individualmente! Impossível?
2. Estima-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa! Veja o exemplo que se segue...

Exemplo 1: Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor (residual) de sucata e ela não gera entradas de caixa provenientes de uso contínuo que sejam em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.

Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro pertence, isto é, a mina como um todo.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. A identificação de uma unidade geradora de caixa requer julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo, a entidade identifica o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, em grande parte independentes.

Exemplo 2: Uma entidade de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que exige serviço mínimo em cada um de cinco percursos. Os ativos dedicados a cada percurso e os fluxos de caixa provenientes de cada percurso podem ser identificados separadamente. Um dos percursos opera com prejuízo significativo.

Como a entidade não tem a possibilidade de eliminar nenhum dos percursos, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis, que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos, são as entradas de caixa geradas pelos cinco percursos juntos. A unidade geradora de caixa para cada percurso é a entidade de ônibus como um todo.

Para se identificar unidades geradoras de caixa de uma entidade, o CPC 01 propõe os seguintes critérios: 1) existência de mercado ativo para o produto resultante da atividade da unidade geradora de caixa – mesmo que sua produção seja consumida internamente (por outra unidade geradora de caixa da entidade).



As unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente de período para período para o mesmo ativo ou tipos de ativos, a menos que haja justificativa para uma mudança.

16. VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UMA UNIDADE GERADORA DE CAIXA

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o valor mais alto entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

O valor contábil de uma unidade geradora de caixa deve ser determinado de maneira consistente com o modo pelo qual é determinado o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa.

Para determinarmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, incluímos apenas os ativos que gerem entradas de caixa ou participem para a sua futura geração.

Se houver uma compra com ágio ou deságio de determinado ativo, o valor contábil da unidade geradora de caixa deve incluir, também, esta condição.

Se uma questão de prova, prática, der um valor passivo da empresa e pedir para calcularmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, não devemos incluir esta obrigação, a menos que seja parte indispensável do ativo.

Pode ser necessário considerar determinados passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se na alienação de uma unidade geradora de caixa há exigência de que o comprador assuma um passivo. Nesse caso, o valor justo líquido de despesa de venda, ou o fluxo de caixa estimado da baixa final da unidade geradora de caixa, é o preço de venda estimado para os ativos da unidade geradora de caixa e o passivo em conjunto, menos as despesas da baixa. A fim de efetuar uma comparação significativa entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e seu valor recuperável, o saldo do passivo deve ser deduzido ao se determinar tanto o valor em uso da unidade geradora de caixa quanto seu valor contábil.

Entendamos esse trecho por um exemplo trazido pela norma. As questões podem vir nestes moldes:

Exemplo 1: Uma entidade opera uma mina em um local no qual a legislação exige que o proprietário restaure o local ao encerrar suas operações de mineração. O gasto de restauração inclui a reposição da superfície ambiental, que precisou ser removida antes que as operações da mina se iniciassem. Uma provisão para os gastos de reposição da superfície ambiental foi reconhecida tão logo ela foi removida. Esse valor foi reconhecido como parte do custo da mina e está sendo depreciado durante a sua vida útil. O valor contábil da provisão para os gastos de restauração é \$500, que é igual ao valor presente desses gastos.

A entidade está testando a capacidade de recuperação do valor investido na mina. A unidade geradora de caixa da mina é ela, como um todo. A entidade recebeu várias ofertas de compra da mina, a um preço em torno de \$800. Esse preço considera o fato de que o comprador assume a obrigação de restaurar o que é necessário. As despesas de baixa da mina são ínfimas. Seu valor



em uso é de aproximadamente \$1.200, excluindo os gastos de restauração. O valor contábil da mina é \$1.000.

O valor líquido de venda da unidade geradora de caixa é \$800. Esse valor considera os gastos de restauração que já foram provisionados. Como consequência, o valor em uso da unidade geradora de caixa é determinado depois de considerar os gastos de restauração, e é estimado em \$700 (\$1.200 menos \$500). O valor contábil da unidade geradora de caixa é \$500, que é o valor contábil da mina (\$1.000), menos o valor contábil da provisão para gastos de restauração (\$500). Portanto, o valor recuperável da unidade geradora de caixa supera seu valor contábil. Nada haverá que ser feito.

Explicamos! Esse teste de recuperabilidade é um pouco mais sofisticado do que o formato que estamos acostumados. Tem tratamento diferente para os gastos de recuperação da mina.

A empresa tem que restaurar o local, com um custo de 500.000. No momento inicial, ela contabiliza o custo da restauração:

D – Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

C – Restauração a pagar (Passivo)....500.000

Os 500.000 do ativo se somam ao valor da mina e tudo começa a ser depreciado.

Num determinado momento, o valor contábil da mina (valor original + 500 de restauração - depreciação acumulada) é de \$ 1.000.000.

Atenção: o valor líquido da mina é de 500.000. Tem 1.000.000 de valor contábil e tem um passivo associado à mina (a restauração) de 500.000. Quanto vale a mina na contabilidade?

Resposta: 1.000.000 no ativo menos 500.000 no passivo.

Ai tem duas ofertas: uma, de venda no valor de 800.000, e a restauração corre por conta do comprador. A empresa proprietária da mina não tem mais que pagar 500.000 de restauração, se aceitar a venda.

Vamos comparar com o Valor em Uso, que é o dinheiro que a empresa vai receber se continuar usando a mina.

O valor em uso é de 1.200.000 que a empresa vai receber; porém, entretanto, todavia, contudo, tem que pagar 500.000 quando terminar de usar a mina. O valor total em uso, considerando o pagamento da restauração, é de \$700.000 (1200 – 500).

Vamos então comparar o valor de venda de 800 com restauração por conta do comprador com o valor contábil da mina.

Como a empresa não precisa mais restaurar, em caso de venda, vamos estornar o lançamento da restauração:



D - Restauração a pagar (Passivo)....500.000

C - Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

Assim, não tem mais passivo (zerou a conta restauração a pagar) e a mina fica com valor de 500.000 (tinha valor de 1.000.000, creditamos 500.000). E comparamos 500.000 de novo valor contábil da mina com 800.000 de valor de venda, e não há perda de recuperabilidade.

Observação: Essa é a resolução com esses dados. Mas uma questão pode informar que, mesmo em caso de venda, a responsabilidade da restauração continua por conta da empresa vendedora. Assim, precisa ver o que a questão está indicando.

17. REVERSÃO DA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Ou seja, **haverá uma suspeita de que após a avaliação da perda, noutro exercício, ela deixou de existir ou possa ter diminuído**. Procederemos, neste caso, à estimação do valor recuperável do ativo.

Ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) há indicação observáveis de que o valor de mercado do ativo tenha aumentado significativamente durante o período;

(b) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições possivelmente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente;

Continuando...



Fontes internas de informação

(d) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence;

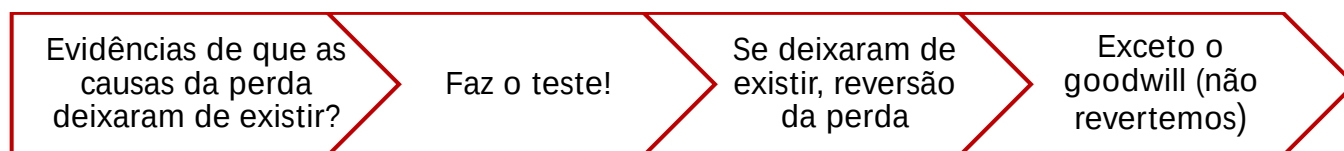
(e) há evidência disponível advinda dos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado.

Vejam que são todos **indicadores contrários àqueles que utilizamos para apreciar a desvalorização do ativo**. Lá, falávamos que a taxa de juros subiu, aqui, falamos que ela caiu. Lá, falávamos que o relatório indicava desempenho pior que o esperado. Aqui, o desempenho se saiu melhor que o esperado, e assim por diante.

113. Se houver indicação de que a perda por desvalorização reconhecida para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), pode vir a não mais existir ou tenha diminuído, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou exaustão ou o valor residual necessitem ser revisados ou ajustados conforme Pronunciamentos aplicáveis ao ativo, mesmo se nenhuma perda por desvalorização for revertida para o ativo.

Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um ativo, exceto o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, só será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Se esse for o caso, procederemos à **reversão da perda por desvalorização (exceto para o ágio decorrente de rentabilidade futura – goodwill)**.

Esquematinizemos:



Exemplificando. Um ativo tinha valor contábil de R\$ 100.000,00.

Em 31.12.X1 ficou claro que a entidade não conseguiria recuperar o valor, pois o valor em uso estimado era de R\$ 80.000,00, e o valor justo líquido de despesa de venda era de R\$ 70.000,00.

Faremos uma redução para R\$ 80.000,00 (valor recuperável, o maior dos dois).

O motivo da desvalorização foi a entrada de um novo concorrente no mercado. Esperava-se que a nova tecnologia tornasse obsoleta os produtos fabricados pelo ativo. Todavia, passado um ano,



a nova tecnologia não teve confirmação do mercado e estimou-se que a empresa conseguiria recuperar R\$ 90.000,00.

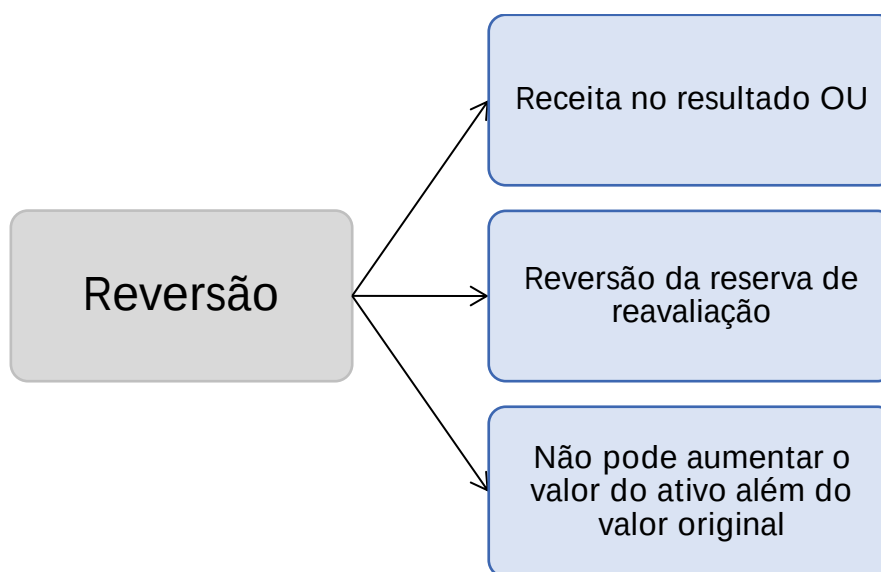
Deste modo, procederemos à reversão do valor recuperável.

Observação: desconsideramos a depreciação, somente para fins didáticos.

A reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo acima do seu valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, amortização ou exaustão, caso não tivesse sido reconhecida, em anos anteriores, a perda por sua desvalorização, seria considerado uma reavaliação, procedimento extinto pela Lei 11.638/2007.

Esquematizemos:



Atenção! A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.

Após reconhecer a reversão da perda com desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros, para apropriar o valor contábil revisado do ativo menos, se aplicável, seu valor residual, em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Exemplo.

Ativo X

- Valor contábil em X1: 100.000,00
- Valor recuperável em X1: 80.000,00
- Redução em X1: 20.000,00 (ficará no balanço com valor de R\$ 80.000,00)



Vejamos o Balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(20.000,00)
Valor contábil	80.000,00

O lançamento para registrar a perda foi:

D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativos (despesa) 20.000

C – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo) 20.000

Razonetes:

Despesa - Valor recup.		Ajuste Valor Recup.	
R\$	20.000,00	R\$	20.000,00

Em X2, houve reversão parcial (de R\$ 10.000,00) desta desvalorização, pois as causas que ensejaram a diminuição deixaram de existir. O ativo deverá ficar com o valor contábil de R\$ 90.000,00.

O lançamento será:

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo) 10.000

C – Reversão do ajuste ao valor recuperável (receita) 10.000

Razonetes:

Ajuste Valor Recup.		Reversão - Valor recuperável	
R\$	10.000,00	R\$	10.000,00

No balanço, ficará assim:

Balanço Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(10.000,00)
Valor contábil	90.000,00

Se o ativo era reavaliado, isto é, tinha uma reserva de reavaliação anterior reconhecida, a reversão da perda será feita contra a reversão da reserva de reavaliação.

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo) 10.000

C – Reversão da reserva de reavaliação (PL) 10.000



Vejamos uma questão:

(Auditor/TCE/CE/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização ("impairment") no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.

C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.

D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era:

$$\$ 14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

Atenção para o fato de que a FCC não diz que os motivos que ensejaram a perda anterior deixaram de existir. Ela simplesmente dá um valor recuperável maior do que o contábil e o candidato deve subentender.

O gabarito é a letra a.



18. DIVULGAÇÃO

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período

19. QUESTÕES COMENTADAS



19.1 - FCC

1. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Em 01/01/2016, a Cia. Peso Leve adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 3.400.000,00. Na data da aquisição, a vida útil definida para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado foi R\$ 200.000,00. Em 01/01/2017, a Cia. reavaliou a condição de uso do equipamento, estabeleceu a vida útil remanescente em 15 anos e o novo valor residual estimado em R\$ 240.000,00. Sabendo que a Cia. Peso Leve utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,
- (A) 2.840.000,00.
 - (B) 2.600.000,00.
 - (C) 2.528.000,00.
 - (D) 2.768.000,00.
 - (E) 2.640.000,00.



Comentários:

Nossa primeira missão é apurar o valor contábil do bem até o momento da reavaliação com as informações que temos.

- Valor Histórico: R\$ 3.400.000,00
- Valor Residual = R\$ 200.000
- Vida Útil = 20 anos.

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{3.400.000 - 200.000}{20} = \text{R\$ } 160.000/\text{ano}$$

Portanto, na data da reavaliação, um ano após a aquisição, o valor contábil do equipamento era:

$$\text{R\$ } 3.400.000 - 160.000 = \text{R\$ } 3.240.000$$

Agora, vamos calcular a nova depreciação anual e novo valor contábil do equipamento em 31.12.2018 (2 anos após a reavaliação):

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{3.240.000 - 240.000}{15} = \text{R\$ } 200.000/\text{ano}$$

A depreciação acumulada em 31.12.2018 será de $2 \times \text{R\$ } 200.000 = \text{R\$ } 400.000$, portanto, o valor contábil desse ativo será:

$$\text{R\$ } 3.240.000 - 400.000 = \text{R\$ } 2.840.000,00$$

O gabarito é, portanto, letra a.

2. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

- (A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.



- (D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
 (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo de Aquisição} - \text{Perda por recuperabilidade}$$

$$\text{Valor Contábil} = 950.000 - 200.000 = \text{R\$ } 750.000$$

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 1.000.000.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é MAIOR do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.

Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R\$ 1.000.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 200.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

O gabarito é letra e.

3. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
 (B) não fez nenhum registro contábil.
 (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
 (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.



(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

Comentários:

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- *Valor em uso da marca = \$ 470.000*
- *Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 670.000*
- *Valor recuperável = R\$ 670.000*

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)

$$\text{Valor Contábil} = 650.000 - 130.000 = 520.000$$

O valor contábil é de 520.000, mas o valor recuperável é de R\$ 670.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, ela deve reverter a perda de R\$ 130.000, registrando um ganho nessa quantia.

Lembrando que o limite para reversão é o valor original do ativo (R\$ 650.000), subtraído de eventual depreciação, amortização ou exaustão.

O gabarito é letra c.

4. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(3.500.000,00)
(=) Valor contábil	21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00



O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Patentes:

- Valor Amortizável = 17.500.000,00
- Vida Útil = 20 anos

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{17.500.000}{20} = \text{R\$ } 875.000,00$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{Amortização Anual}_{2017} + \text{Amortização Acumulada}_{\text{Saldo anterior}}$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{R\$ } 875.000,00 + \text{R\$ } 3.500.000,00 = (\text{R\$ } 4.375.000,00)$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = \text{Custo de aquisição} - \text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017}$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = 17.500.000,00 - 4.375.000,00 = \text{R\$ } 13.125.000,00$$

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor Justo = não existe
- Valor em uso = R\$ 13.250.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 13.250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, não é necessário fazer ajuste, as patentes ficarão registradas pelo valor líquido de R\$ 13.125.000,00



- Marcas:

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizadas, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor Justo = 6.500.000
- Valor em uso = 7.000.000,00
- Valor Recuperável = 7.000.000,00
- Valor Contábil = 7.500.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de $7.500.000 - 7.000.000 = 500.000$, pois o valor recuperável é menor do que o valor contábil. As marcas ficarão registradas da seguinte forma:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>7.500.000,00</i>
<i>(-) Perda por recuperabilidade</i>	<i>(500.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>7.000.000,00</i>

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, $13.125.000,00 + 7.000.000,00 = 20.125.000,00$.

O gabarito é letra b.

5. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- 42.500,00.
- 122.500,00.
- 17.500,00.
- 147.500,00.
- 175.000,00.



Comentários:

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

$$\text{Valor depreciável} = \text{Custo de aquisição} - \text{Valor Residual}$$

$$\text{Valor depreciável} = 1.500.000 - 660.000 = \text{R\$ } 840.000$$

A próxima etapa é calcular a depreciação:

Professores, a empresa definiu sua vida útil em 8 anos e para fins fiscais é de 10 anos. Qual devemos utilizar?

Encontramos a resposta no CPC 01:

Vida útil é:

*O período de **tempo** no qual a **entidade espera usar** um ativo; ou*

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 840.000}{96 \text{ meses}} = \text{R\$ } 8.750 \text{ por mês}$$

Obs.: 8 anos = 96 meses

$$\text{Depreciação Acumulada em 31/12/2018} = 8.750 \times 18 \text{ meses} = \text{R\$ } 157.500$$

Obs.: a diferença entre 30/06/2017 e 31/12/2018 é de 18 meses

Vejamos o valor contábil:

$$\text{Valor contábil 31/12/2018} = \text{Custo de Aquisição} - \text{Depreciação Acumulada}$$

$$\text{Valor contábil 31/12/2018} = 1.500.000 - 157.500 = \text{R\$ } 1.342.500$$

Dado que o Valor recuperável = R\$ 1.325.000, teremos que apurar a perda:

$$\text{Perda em 2018} = \text{Valor contábil 31/12/2018} - \text{Valor recuperável}$$

$$\text{Perda em 2018} = \$ 1.342.500 - \$ 1.325.000 = \$ 17.500$$

O gabarito é letra e.

6. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:



- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

Comentários:

Dados da questão:

- Valor Amortizável = 30.000.000,00
- Vida Útil = 20 anos

O primeiro passo é obter a amortização anual:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{30.000.000}{20} = \text{R\$ } 1.500.000,00$$

Assim, amortização em 2018 = \$ 1.500.000

Em seguida, encontremos o valor contábil:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo de aquisição} - \text{Amortização Acumulada}$$

$$\text{Valor Contábil} = \$ 30.000.000 - \$ 1.500.000 = \$ 28.500.000$$

Como o Valor recuperável = \$ 25.500.000, teremos que apurar a perda:

$$\text{Perda por desvalorização} = \text{Valor contábil} - \text{Valor recuperável}$$

$$\text{Perda por desvalorização} = \$ 28.500.000 - \$ 25.500.000 = \$ 3.000.000$$

O gabarito é letra a.

7. (FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:



- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.
- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.
- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma:
Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.
- e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

Comentários:

FIQUE ATENTO! A questão quer a incorreta! Analisemos as alternativas:

- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Correto, O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo será realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais. Vejam que a norma fala em: assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Em síntese, quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor. Ou seja, teremos que fazer a baixa contábil da diferença.

- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.

Correto, a redução ao valor recuperável de ativos é um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.

A periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independentemente disso, **anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso**.

- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.



Corretíssimo! A alternativa trouxe um "CONTROL C + CONTROL V" (rsrsr...) da definição trazida pelo pronunciamento.

d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.

As contas retificadoras servem para **ajustar o saldo de uma conta "principal"**. Um exemplo da aplicação desse conceito é o cálculo da perda por desvalorização de alguns ativos, como máquinas e equipamentos.

Uma conta **retificadora do Ativo**, não possui a natureza desse grupo, isto é, devedora; possui **natureza credora**. Logo, ela ao invés de aumentar o saldo do grupo, irá diminuí-lo. Se eu tenho uma conta de ativo com saldo de R\$ 100.000 e outra conta retificadora com saldo de R\$ 20.000, o saldo do grupo será de $R\$ 100.000 - R\$ 20.000 = R\$ 80.000,00$.

Logo, a alternativa erra ao afirmar: "Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000". Vejamos o lançamento correto:

Débito Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.

Crédito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000.

Essa alternativa é o nosso gabarito!

e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo

Correto, para calcular o valor em uso trazemos a valor presente as vendas de produtos oriundos deste ativo, ainda acrescentamos o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

Ressalta-se que temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo e desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.

O gabarito é a letra d.

8. (FCC/METRO-SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior-Contabilidade/2019) A empresa Jabaquara adquiriu alguns ativos da Empresa Tucuruvi em 01/jan/X0 por R\$ 2.400.000,00. Nessa data, os ativos adquiridos apresentavam os seguintes valores justos:

Terreno:..... R\$ 400.000,00

Prédio: R\$ 600.000,00

Máquinas e equipamentos: R\$ 900.000,00

Em 01/jul/X1, um concorrente lançou um novo produto no mercado que impactará na avaliação dos ativos elencados anteriormente, já que o novo produto revolucionou a forma de produção dos ativos da Jabaquara.



Na tabela abaixo, são apresentados os valores referentes às avaliações desses imobilizados da Jabaquara:

Ativos	Taxa de depreciação (sem valor residual)	Valor contábil líquido	Valor em uso	Valor justo
Terreno	-	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ 405.000,00
Prédio	20 anos	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 560.000,00
Máquinas e equipamentos	1,67 anos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 230.000,00

O valor da perda por redução ao valor recuperável de cada um desses ativos da empresa Jabaquara, em 01/Jul/X1, é

- Terreno = R\$ 10.000,00; Prédio = R\$ 15.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 150.000,00.
- Terreno = R\$ 15.000,00; Prédio = R\$ 20.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.
- Terreno = R\$ 5.000,00; Prédio = R\$ 5.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.

Comentários:

Questão sobre o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos! Nossa missão é encontrar o valor recuperável de cada ativo e comparar como o valor contábil líquido, já fornecido pela questão.

Se o valor contábil foi MAIOR do que o valor recuperável, reconhecemos a perda. Lembrando que o valor justo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas:

Ativo	Valor Contábil Líquido	Valor Recuperável	Perda por recuperabilidade
Terreno	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ -
Prédio	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 250.000,00

O gabarito é letra a.

9. (FCC/DPE-AM/ Analista em Gestão/Especializado de Defensoria - Ciências Contábeis/2018)
O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2011, o saldo contábil de R\$ 600.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição	1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(100.000,00)
(=) Saldo Contábil	600.000,00



Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes e identificou um valor residual de R\$ 50.000 no final desta nova vida útil. A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2012, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment):

– Valor justo líquido de despesas de venda	580.000,00
– Valor em uso	585.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, foi, em reais,

- a) 490.000,00.
- b) 570.000,00.
- c) 580.000,00.
- d) 585.000,00.
- e) 590.000,00

Comentários:

Inicialmente, o nosso balanço é o seguinte:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>1.000.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>(300.000,00)</i>
<i>(-) Perdas por redução ao valor recuperável</i>	<i>(100.000,00)</i>
<i>(=) Saldo Contábil</i>	<i>600.000,00</i>

Posteriormente, em 01/01/2012, a empresa reavaliou que a vida útil seria de 5 anos e o valor residual de R\$ 50.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.

Obs.: A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

Vamos calcular a depreciação entre 01.01.12 e 31.1.12:

- 1º Passo – Encontrar o novo valor depreciável:

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{Saldo Contábil} - \text{Val. Residual}$$

$$\text{Novo valor depreciável} = 600.000 - 50.000,00$$

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{R\$ } 550.000,00$$



- 2º Passo – Apurar a depreciação nesse intervalo:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{550.000}{5} = \text{R\$ } 110.000,00$$

Obs.: esse intervalo representa 1 ano.

Consequentemente, o valor contábil será:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Valor Contábil Anterior} - \text{Depreciação no período}$$

$$\text{Valor Contábil} = 600.000 - 110.000 = \text{R\$ } 490.000$$

No entanto, no final de 2012 a entidade realizou o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor justo líquido de despesas de venda = R\$ 580.000,00
- Valor em uso = R\$ 585.000,00

Assim, o valor recuperável é R\$ 585.000,00. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 100.000,00, a empresa deveria reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 95.000. E, ficaríamos com R\$ 585.000. Então, podemos marcar a letra D como gabarito, correto?

ERRADO!!!! Aqui temos uma pegadinha da FCC que derrubou ótimos candidatos!



O pronunciamento 01 traz uma exceção:

Reversão de perda por desvalorização para ativo individual

*117. O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização **não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado** (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), **caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.***

Com base nessa exceção, a depreciação entre 01.01.12 e 31.1.12:

- 1º Passo – Obter valor depreciável (sem considerar as perdas por desvalorização):

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{Saldo Contábil} - \text{Val. Residual}$$



$$\text{Novo valor depreciável} = 700.000 - 50.000,00$$

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{R\$ } 650.000,00$$

- 2º Passo – Verificar a depreciação nesse intervalo (sem considerar as perdas por desvalorização):

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{650.000}{5} = \text{R\$ } 130.000,00$$

Logo, o valor contábil (sem considerar as perdas por desvalorização) será:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Valor Contábil Anterior} - \text{Depreciação no período}$$

$$\text{Valor Contábil} = 700.000 - 130.000 = \text{R\$ } 570.000$$

A entidade deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 80.000 (570.000 – 490.000). Respeitando, assim, o limite fixado pelo item 117 do pronunciamento.

Lembramos que a reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Por fim, podemos marcar a letra b como gabarito.

10. (FCC/SEGEF MA/Analista Previdenciário - Atuarial e Contábil/2018) A empresa Ilusória S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, o saldo de R\$ 43.000.000,00 para a conta Intangíveis, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	50.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(7.000.000,00)
(=) Saldo da conta	43.000.000,00

As informações sobre os ativos intangíveis são apresentadas na tabela abaixo:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Concessão	35.000.000,00	7.000.000,00	20 anos
Marca adquirida	15.000.000,00	-	Indefinida
Total	50.000.000,00	7.000.000,00	-

Em 31/12/2017, após o cálculo da amortização, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") para os dois itens componentes e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo líquido das despesas de venda (R\$)	Valor em uso (R\$)
Concessão	Não existe	26.500.000,00
Marca adquirida	13.000.000,00	14.000.000,00

O saldo a ser apresentado para a conta Intangíveis no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Ilusória S.A. deveria ser, em reais,



- a) 40.500.000,00.
- b) 40.250.000,00.
- c) 39.500.000,00.
- d) 39.250.000,00.
- e) 41.250.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Concessão:

- Vida Útil = 20 anos
- Custo de aquisição = 35.000.000,00
- Amortização acumulada = 7.000.000,00

Vamos aos cálculos:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{35.000.000}{20} = \text{R\$ } 1.750.000,00$$

Obs.: como não havia valor residual, nem perda por desvalorização; o valor amortizável é igual ao custo de aquisição.

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = \text{Custo de aquisição} - \text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017}$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2017} = 35.000.000,00 - 8.750.000,00 = \text{R\$ } 26.250.000,00$$

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor justo líquido das despesas de venda = não existe
 - Valor em uso = R\$ 26.500.000,00
 - Valor Recuperável = R\$ 26.500.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, conseqüentemente não será necessário fazer o ajuste, a Concessão ficará registrada pelo valor líquido de R\$ 26.250.000,00.



- Marca adquirida

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizadas, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor justo líquido das despesas de venda = 13.000.000,00
- Valor em uso = 14.000.000,00
- Valor Recuperável = 14.000.000,00
- Valor Contábil = 15.000.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de $15.000.000 - 14.000.000 = 1.000.000$, pois o valor recuperável é menor do que o valor contábil.

As marcas adquiridas ficarão registradas da seguinte forma:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>15.000.000,00</i>
<i>(-) Perda por recuperabilidade</i>	<i>(1.000.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>14.000.000,00</i>

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, $26.250.000,00 + 14.000.000,00 = 40.250.000,00$.

O gabarito é a letra b.

11.(FCC/SEGEF MA/Analista Previdenciário - Financeira e Contábil/2018) A Cia. Perdas & Ganhos apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 5.000.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 7.000.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 2.000.000,00.

Em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017 a Cia. Perdas & Ganhos

a) não fez nenhum ajuste e manteve o valor contábil de R\$ 5.000.000,00.

b) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.

c) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.

d) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.



e) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.

Comentários:

Mais uma vez destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição = R\$ 7.000.000,00.

(-) Perda por desvalorização (impairment) = R\$ 2.000.000,00

(=) Saldo Contábil = R\$ 5.000.000,00

Posteriormente, em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Assim, o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00. Como é MAIOR que o valor contábil (R\$ 5.000.000) e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 2.000.000,00, a empresa deve reverter a perda reconhecida.

Portanto, o gabarito é a letra d.

12.(FCC/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo - Contador/2018) A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro de 2017,

- a) não alterou o valor contábil da Patente.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.



- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

Comentários:

Sabemos que o Ativo Intangível com vida útil não é amortizado, pois não temos uma base sistemática para alocação da amortização. Ele é submetido ao Teste de Recuperabilidade.

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.
- Valor Recuperável (maior) = R\$ 940.000,00

Agora vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- *Custo de aquisição: R\$ 880.000,00*
- *Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00*

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil e muitos vão pensar que, por prudência, o valor apresentado no balanço continua sendo o menor, isto é, R\$ 730.000. Só que essa questão apresenta um detalhe muito importante: temos perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, conforme prevê o CPC 01, ela deverá ser revertida até o valor contábil que o bem possuía, antes de qualquer perda ser reconhecida.

Portanto, devemos reconhecer a reversão da perda por recuperabilidade (receita):

<i>D - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>C – Receita com Reversão de Perda por recuperabilidade</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

O gabarito é a letra d.

13. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Uma empresa adquiriu uma marca que poderá ser explorada pelo prazo de 10 anos, não podendo ser revendida no final deste prazo. O preço pago foi R\$ 5.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2016. Em 31/12/2017, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a marca adquirida:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Com base nessas informações, no resultado de 2017 a empresa deveria ter reconhecido uma

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00.



(D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 300.000,00.

(E) perda por desvalorização no valor de R\$ 800.000,00, apenas.

Comentários:

Informações iniciais:

- Vida Útil = 20 anos
- Custo de aquisição = 5.000.000,00

Vamos aos cálculos:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{5.000.000}{10} = \text{R\$ } 500.000,00$$

Em 31/12/2017, a Marca possui o seguinte valor contábil:

<i>Valor original</i>	<i>\$ 5.000.000</i>
<i>(-) Amortização acumulada</i>	<i>(500.000)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>\$ 4.500.000</i>

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

– Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

→ Valor recuperável = \$ 4.200.000.

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \text{Valor contábil} - \text{valor recuperável}$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \$ 4.500.000 - \$ 4.200.000$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \$ 300.000$$

Assim, a empresa reconhece uma amortização de \$500.000 e uma perda por recuperabilidade de \$300.000.

Portanto, o gabarito é a letra d.



14.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 28/02/2017, a empresa Monta e Desmonta comprou uma nova máquina no valor de R\$ 160.000,00, à vista, com vida útil econômica estimada de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, após utilizar a máquina por 10 meses, a empresa Monta e Desmonta reavaliou a vida útil econômica remanescente da máquina em 40 meses e valor residual de R\$ 15.000,00. Em 31/10/2018, a empresa Monta e Desmonta decidiu vender esta máquina por R\$ 130.000,00, à vista. Com base nessas informações, o resultado obtido pela empresa Monta e Desmonta com a venda da máquina foi, em reais,

- (A) 25.000,00, de ganho.
- (B) 28.000,00, de ganho.
- (C) 5.000,00, de prejuízo.
- (D) 5.000,00, de ganho.
- (E) 40.000,00, de ganho.

Comentários:

O CPC 27 – Ativo Imobilizado afirma que a o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Foi o que aconteceu nessa questão. A vida útil e o valor residual foram alterados.

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

$$\text{Valor depreciável} = \text{Custo de aquisição} - \text{Valor Residual}$$

$$\text{Valor depreciável} = 160.000 - 10.000 = 150.000$$

Foi informado que a Vida Útil = 5 anos. Utilizemos essa informação para calcular a depreciação:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 150.000}{5} = \text{R\$ } 30.000 \text{ por ano} = 2.500 \text{ por mês}$$

Como o Tempo de uso até a reestimativa = 10 meses, consequentemente:

$$\text{Depreciação Acumulada} = 10 \times 2.500 = \text{R\$ } 25.000$$

$$\text{Valor Contábil } 31.12.2017 = \text{Custo de aquisição} - \text{Depreciação Acumulada}$$

$$\text{Valor Contábil } 31.12.2017 = 160.000 - 25.000 = 135.000$$

Agora, temos de calcular a depreciação, com a nova vida útil e o novo valor residual, mas usando o valor contábil atual: 135.000

$$\text{Valor Depreciável} = \text{Valor Contábil Atual} - \text{Valor Residual}$$

$$\text{Valor Depreciável} = 135.000 - 15.000 = 120.000$$

Foi avisado que a nova Vida Útil = 40 meses. Aproveitemos essa informação para calcular a depreciação:



$$\text{Depreciação mensal} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{R\$ 120.000}{40} = R\$ 3.000 \text{ por mês}$$

Em consequência:

$$\text{Depreciação Acumulada } 31.10.2018 = R\$ 25.000 \text{ (inicial)} + 30.000 = R\$ 55.000$$

$$\text{Valor Contábil } 31.10.2018 = \text{Custo de Aquisição} - \text{Depreciação Acumulada } 31.10.2018$$

$$\text{Valor Contábil } 31.10.2018 = 160.000 - 55.000 = 105.000$$

Como o bem foi vendido por 130.000, houve um ganho de $130.000 - 105.000 = 25.000,00$

Portanto, o gabarito é a letra a.

15.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

A) 1.050.000,00.

B) 830.000,00.

C) 990.000,00.

D) 770.000,00.

E) 880.000,00.

Comentários:

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida.

Exceto para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (o Goodwill). A perda reconhecida no Goodwill não deve ser revertida, pois não dá para distinguir do Goodwill gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente.

Assim, voltando à questão, o Goodwill continua com valor de R\$ 880.000.

Portanto, o gabarito é a letra e.



16. (FCC/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização ("impairment"): R\$ 400.000,00.

Em 31/12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- a) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- b) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- d) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

Comentários:

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 2.000.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 1.500.000,00

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

*110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, **exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**, possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.*

Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.900.000,00:

D – Perda Por Desvalorização	400.000
C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)	400.000



Portanto, o gabarito é a letra b.

17.(FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018) Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01:

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2015} = 30.000.000 - \text{Amortização Acumulada}$$

$$\text{Despesa de Amortização}_{2015} = 30.000.000/15 = \text{R\$ } 2.000.000$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2015} = 30.000.000 - 2.000.000 = \text{R\$ } 28.000.000$$

Agora vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.
- Valor Recuperável (MAIOR) R\$ 25.700.000,00.

Percebam que o valor contábil da tecnologia é R\$ 28.000.000, mas o valor Recuperável é R\$ 25.700.000,00, portanto, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de $28.000.000 - 25.700.000 = \text{R\$ } 2.300.000$

Portanto, o gabarito é a letra a.



18. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

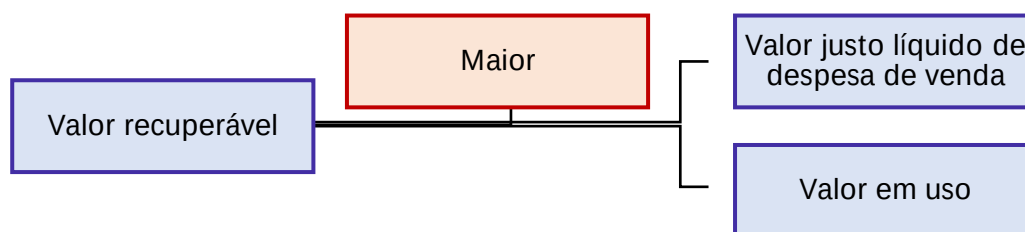
- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

Comentários:

Fique Atento! Definições IMPORTANTES SOBRE TESTE DE RECUPERABILIDADE!

*Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior** (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.*

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Para achar o valor em uso, temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.

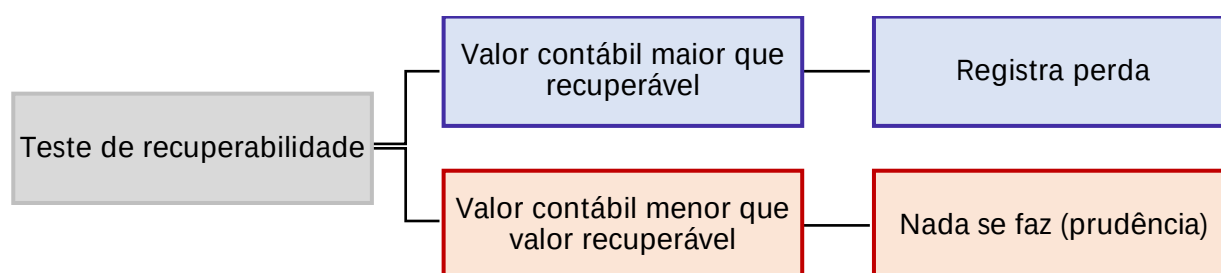


Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, receitas de R\$ 1.000.000,00, com custos esperados de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, grosso modo, no montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Esquematinizemos:



A questão nos forneceu os seguintes dados:

- Valor em uso 1.100.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda 1.600.000,00
- Valor Recuperável 1.600.000,00

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>1.500.000,00</i>
<i>Perda por Desvalorização</i>	<i>(300.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>1.200.000,00</i>

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

*110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, **exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**, possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.*



Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.500.000,00:

D – Perda Por Desvalorização 300.000

C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita) 300.000

Portanto, o gabarito é a letra d.

19. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

(A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

(B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.

(C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.

(D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.

(E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

Comentários:

A mercadoria tem que ser registrada pelo preço à vista.

Os juros são registrados como encargos a transcorrer.

Valor aquisição	453.000,00
(+) Frete	7.000,00
(=) Valor contábil	460.000,00
➤ Perda (2%)	9.200,00

Portanto, "parte" da contabilização inicial é a que se segue:



<i>D – Mercadorias</i>	<i>460.000,00</i>
<i>D – Encargos a transcorrer</i>	<i>47.000,00</i>
<i>C – Fornecedores</i>	<i>500.000,00</i>
<i>C – Caixa</i>	<i>7.000,00</i>

Por sua vez, o Manual das SAs afirma que quando nos estoques estiverem incluídos itens danificados ou obsoletos e uma baixa direta em seus valores não for praticável, deve-se, então, reconhecer a perda estimada em conta própria: Perdas em Estoques, conta retificadora do ativo.

O FIPECAFI ainda afirma que essa prática de reduzir o custo dos estoques (write-off) ao valor realizável líquido é coerente com o “**conceito geral de impairment**”, isto é, não se deve ter registrado valores ao que se espera realizar quando da ocorrência da venda ou do uso.

Assim, vamos reconhecer a perda com impairment no resultado da empresa com o seguinte lançamento!!!! Isso mesmo, despesas com recuperabilidade! Mas como assim, professores?? Teste de Recuperabilidade em Estoques? Isso mesmo, pessoal.

Vejam a contabilização:

<i>D – Despesa com Impairment</i>	<i>9.200,00.</i>
<i>C – Perdas com estoque (retificadora do ativo)</i>	<i>9.200,00</i>

Assim, os valores líquidos apurados em 2017 serão:

Estoque = 460.000 – 9.200 = 450.800,00

Fornecedores a Pagar = 500.000 – 47.000 = 453.000,00

Despesa com Impairment = 9.200,00.

Portanto, o gabarito é a letra d.

20. (FCC/Analista/TRT 2ª/2018) A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

(A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.



- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Vejam que há uma perda por recuperabilidade registrada no montante de R\$ 150.000,00.

Ocorre que, ao reavaliar o ativo, percebe-se que o valor recuperável aumentou novamente. A FCC entende que quando isso ocorre, os motivos que ensejaram a perda por recuperabilidade anterior deixou de existir.

Assim, teríamos de fazer a reversão, limitado ao montante original do ativo. Ocorre que se trata de goodwill. Para o goodwill, não há reversão de valores anteriormente registrados como perda por recuperabilidade.

Este é o comando do CPC 01:

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

Com efeito, nenhuma reversão há que ser feita, o ativo é mantido pelo valor de R\$ 730.000,00.

Portanto, o gabarito é a letra a.

21. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.



Comentários:

31.12.2015 → Valor aquisição: 10.000.000,00

Foi avisado que a Vida Útil = 20 meses. Aproveitemos essa informação para calcular a amortização anual:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{10.000.000}{20} = \text{R\$ } 500.000,00$$

Obs.: como não havia valor residual, nem perda por desvalorização; o valor amortizável é igual ao custo de aquisição.

31.12.2016 → Valor contábil = 10.000.000 – 500.000 = 9.500.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: 8.750.000,00
- Valor justo: 8.000.000,00

Logo, o valor recuperável é 8.750.000,00.

Como esse montante é menor do que o valor contábil, faremos a redução, no montante de R\$ 750.000,00 (9.500.000 – 8.750.000).

Portanto, temos:

- Despesa de amortização: 500.000,00
- Perda por recuperabilidade: 750.000,00

O gabarito é a letra c.

22. (FCC/Analista/TRF 5ª/2017) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível **com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:**

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

(A) 450.000,00.



- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.

Comentários:

Valor contábil $\rightarrow 740.000 - 190.000 = 550.000$

Valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo. No caso em tela, será de R\$ 580.000,00.

Como este valor é superior ao valor contábil, nada há que ser feito.

A perda anterior existente em um ágio por expectativa de rentabilidade futura não é revertida.

O gabarito é a letra c.

23. (FCC/Especialista/ARTESP/2017) A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição):	R\$ 400.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 100.000,00
(=) Valor do ativo:	R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- (A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Na questão apresentada temos a seguinte situação:

- Valor em uso do ativo: R\$ 350.000,00



- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 320.000,00

Portanto, o valor recuperável é R\$ 350.000. Como o valor contábil do ativo é de 300.00, isto é, menor do que o valor recuperável, a empresa não reconheceu perda ou ganho por impairment.

O gabarito é a letra e.

24.(FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

Comentários:

O valor recuperável de um ativo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na nossa questão, o valor recuperável é de 650.000, isto é, maior do que o valor contábil líquido, R\$ 500.000.

Se não houvesse perda por recuperabilidade já registrada, não seria necessário ajuste algum. Porém, como há perda por recuperabilidade reconhecida, a empresa DEVE FAZER A REVERSÃO, isto é, temos que efetuar a seguinte contabilização:

<i>D – Ajustes por "impairment"</i>	<i>150.000</i>
<i>C – Reversão de perda por recuperabilidade (receita)</i>	<i>150.000</i>

O ativo ficará registrado assim:

<i>Custo de aquisição</i>	<i>R\$ 800.000</i>
<i>(-) Ajuste por impairment</i>	<i>R\$ 150.000</i>
<i>(=) Valor contábil do ativo</i>	<i>R\$ 650.000</i>



O gabarito é a letra b.

25.(FCC/AL-MS/Contador/2016) A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

- a) não fez qualquer registro.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
- c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.
- d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.
- e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

Comentários:

O ativo estava registrado no balanço patrimonial do seguinte modo:

<i>Custo de aquisição</i>	<i>1.500.000</i>
<i>(-) Perda desvalorização</i>	<i>(200.000)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>1.300.000</i>

Como o valor recuperável aumentou, os motivos que ensejaram a perda deixaram de existir. Devemos, portanto, fazer uma reversão, reconhecendo uma receita, no resultado, no valor de R\$ 200.000,00.

O limite máximo para a reversão é o montante original.

Anote-se que o ativo intangível tem vida útil indefinida, então, não é amortizado.

O gabarito é a letra d.

26. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A Empresa Cromo S.A. avaliou sua unidade geradora de caixa para verificar a existência de perda de valor recuperável.

Considere que a empresa identificou os seguintes valores para esta unidade:



Valores históricos da UGC R\$ 1.000.000,00
Depreciação Acumulada R\$ 270.000,00
Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC R\$ 685.000,00
Valor de venda da UGC R\$ 730.000,00

É correto afirmar que

- a) a perda de valor recuperável é de R\$ 45.000,00.
- b) não há perda de valor recuperável.
- c) a perda de valor recuperável é de R\$ 270.000,00.
- d) a perda de valor recuperável é de R\$ 315.000,00.
- e) o novo valor a ser atribuído para a UGC é de R\$ 685.000,00.

Comentários:

Inicialmente, temos que:

Valores históricos da UGC = R\$ 1.000.000,00

(-) Depreciação Acumulada = R\$ 270.000,00

Valor Contábil = R\$ 730.000,00

A questão informou que:

- Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC = R\$ 685.000,00

Conforme o CPC 01:

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

*(a) **estimar futuras entradas e saídas** de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e*

*(b) aplicar **taxa de desconto** adequada a esses fluxos de caixa futuros.*

Esse é o valor de uso!

- Valor de venda da UGC = R\$ 730.000,00

Já esse é o Valor justo líquido de despesa de venda. Lembrando que é o valor pelo qual o ativo poderia ser **vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.**

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 685.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 730.000,00.



- Valor Recuperável = R\$ 730.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 730.000,00

Percebam que o valor recuperável é igual ao valor contábil, assim o teste de recuperabilidade assegurou que a unidade geradora de caixa está registrada contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Portanto, não há perda de valor recuperável.

O gabarito é a letra b.

27. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R\$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

- 2.828,61.
- 2.746,22.
- 2.913,47.
- 3.183,63.
- 3.000,00.

Comentários:

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar – pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Agora, gastemos nossa matemática (rsrsrs...):

$$\text{Valor de uso} = \frac{1.000}{(1+0,03)^1} + \frac{1.000}{(1+0,03)^2} + \frac{1.000}{(1+0,03)^3} = 970,873 + 942,595 + 915,141 = \text{R\$ } 2.828,609$$

O gabarito é, portanto, letra a.



28.(FCC/SEFAZ MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2016) Um equipamento foi adquirido à vista por R\$ 10.000.000,00 em 31/03/2015 e a empresa definiu sua vida útil em 8 anos. O valor realizável líquido de despesa de venda do equipamento no final do prazo de vida útil para a empresa foi estimado em R\$ 4.000.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. No final do ano de 2015, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (teste de impairment) e os valores obtidos em 31/12/2015 para a realização do teste para o equipamento foram:

- Valor justo líquido de despesa de venda = R\$ 9.200.000,00
- Valor em uso = R\$ 9.300.000,00

Sabendo-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, o valor total que impactou negativamente o resultado de 2015, exclusivamente em relação ao equipamento, foi, em reais:

- (A) 937.500,00.
- (B) 450.000,00.
- (C) 750.000,00.
- (D) 562.500,00.
- (E) 700.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Valor de aquisição 31.03.2015 10.000.000
- Vida útil 8 anos
- Valor de venda ao final 4.000.000
- Prazo fiscal (não vale) 10 anos

Bom, no final do exercício, temos que calcular, além da depreciação, o teste de recuperabilidade.

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor de aquisição} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{10.000 - 4.000}{8} = \text{R\$ } 750.000 \text{ por ano}$$

Lembrando que:

Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

$$\text{Depreciação em 2015:} = \frac{9}{12} \times 750.000 = \text{R\$ } 562.500,00$$

$$\text{Valor contábil: } 10.000.000 - 562.500,00 = 9.437.500,00$$



É importante recordar que o Valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo e o valor em uso. Logo, ele é R\$ 9.300.000,00.

Portanto, temos de reconhecer uma perda de R\$ 9.437.500 – 9.300.000,00 = 137.500,00.

Assim, no resultado, teremos como despesa:

$$562.500 \text{ (depreciação)} + 137.500 \text{ (recuperabilidade)} = 700.000,00$$

O gabarito é letra E.

29.(FCC/ISS-Teresina/Auditor Fiscal/2016) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 400.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 40.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 10.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do ativo (teste de impairment) e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

- a) 280.000,00.
- b) 230.000,00.
- c) 270.000,00.
- d) 250.000,00.
- e) 240.000,00.

Comentários:

Dados iniciais:

- Data de aquisição = 31/12/2013
- Custo de Aquisição R\$ 400.000,00,
- Vida útil estimada = 4 anos
- Valor residual estimado = R\$ 40.000,00.

Vamos aos cálculos:

Obs.: a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação.



$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor de aquisição} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{400.000 - 40.000}{4} = \text{R\$ } 90.000 \text{ por ano}$$

Obs.: decorreu 1 ano entre 31/12/2013 e 31/12/2014, assim a depreciação acumulada será igual a R\$ 90.000,00

Valor contábil em 31/12/14 = Custo de Aquisição - Depreciação acumulada

Valor contábil em 31/12/14 = R\$ 400.000,00 - R\$ 90.000 = R\$ 310.000,00

Em 31/12/2014, a empresa reavaliou que a vida útil seria de 5 anos e o valor residual de R\$ 10.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor contábil 31/12/14} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{310.000 - 10.000}{5} = \text{R\$ } 60.000 \text{ por ano}$$

Obs.: transcorreu 1 ano entre 31/12/2014 e 31/12/2015, logo a depreciação acumulada será igual a R\$ 60.000,00

Valor contábil em 31/12/15 = Valor contábil em 31/12/14 - Depreciação acumulada

Valor contábil em 31/12/15 = R\$ 310.000,00 - R\$ 60.000 = R\$ 250.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade em 31/12/2015, temos:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 280.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o valor contábil, assim o teste de recuperabilidade assegurou que a máquina está registrada contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Portanto, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi R\$ 250.000,00. O gabarito é a letra d.

30.(FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) A empresa Volver S.A. adquiriu uma máquina em 31/12/2013 por R\$ 2.000.000,00, data em que a vida útil econômica e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 9 anos e R\$ 380.000,00. Em 31/12/2015, a empresa Volver S.A. realizou o teste de impairment da máquina e constatou que o seu valor em uso era R\$ 1.600.000,00 e o seu valor justo líquido das despesas de vendas era R\$1.550.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa de depreciação anual da máquina e não foram realizadas reestimativas da vida útil econômica e do valor residual. Sabendo que, antes de 31/12/2015, não foi reconhecida qualquer perda por impairment, o valor contábil da máquina em 31/12/2015 foi, em reais, de



- a) 1.640.000,00.
- b) 1.600.000,00.
- c) 1.550.000,00.
- d) 1.620.000,00.
- e) 1.260.000,00.

Comentários:

31.12.2013:

- Valor aquisição = 2.000.000
- Valor Residual = 380.000
- Vida Útil = 9 anos

$$\begin{aligned}\text{Valor depreciável} &= \text{Valor Aquisição} - \text{Valor Residual} \\ \text{Valor depreciável} &= 2.000.000 - 380.000 = 1.620.000\end{aligned}$$

31.12.2015 (2 anos após a aquisição):

$$\text{Depreciação Acumulada} = \frac{1.620.000}{9} \times 2 = \text{R\$ } 360.000,00$$

$$\begin{aligned}\text{Valor Contábil} &= \text{Valor Aquisição} - \text{Depreciação Acumulada} \\ \text{Valor Contábil} &= 2.000.000 - 360.000 = 1.640.000,00\end{aligned}$$

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: 1.600.000,00
- Valor justo: 1.550.000,00
- Valor recuperável (MAIOR) = 1.600.000,00.

Nesse caso, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de:

$$1.640.000 - 1.600.000 = \text{R\$ } 40.000,00$$

Lançamento:

<i>D – Despesas com Recuperabilidade</i>	<i>R\$ 40.000,00</i>
<i>C – Ajuste por perda com recuperabilidade</i>	<i>R\$ 40.000,00</i>

O Ativo ficará registrado na Contabilidade da seguinte forma, no Balanço Patrimonial de 31.12.2015:



<i>Ativo Imobilizado – Máquinas</i>	<i>RS 2.000.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>(R\$ 360.000,00)</i>
<i><u>(-) Ajuste por perda com recuperabilidade</u></i>	<i><u>(R\$ 40.000,00)</u></i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>R\$ 1.600.000,00</i>

O gabarito é letra b.

31. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) O Valor Recuperável de um determinado ativo é o

- menor entre o seu valor de reposição e o seu custo histórico.
- menor entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu custo histórico.
- menor entre o seu valor realizável líquido e o seu valor contábil.
- maior entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso.
- maior entre o seu valor em uso e o seu valor contábil líquido.

Comentários:

Fique Atento! Definições IMPORTANTES SOBRE TESTE DE RECUPERABILIDADE!

*Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior** (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.*

O gabarito é letra d.

32.(FCC/ARSETTE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R\$ 250.000,00, composto por:

- Valor de custo: R\$ 350.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R\$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

- 250.000,00.
- 280.000,00.



- c) 240.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 210.000,00.

Comentários:

Novamente destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição = R\$ 350.000,00.

(-) Perda por desvalorização reconhecida (em 2014) = R\$ 100.000,00

(=) Saldo Contábil = R\$ 250.000,00

Posteriormente, antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Assim, o valor recuperável é R\$ 280.000,00. Como é MAIOR que o valor contábil (R\$ 250.000) e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 100.000,00. Então, a empresa deverá reverter a perda reconhecida?

Não!!! Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um Goodwill (ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura), não será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Ou seja, é uma exceção!

Portanto, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi R\$ 250.000,00. O gabarito é letra a.

33.(FCC/PGM Teresina/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) Em 30/06/2015 a empresa Equipada com Tecnologia S.A. adquiriu, à vista, um equipamento industrial pelo valor de R\$ 2.000.000,00. A empresa definiu a vida útil do equipamento em 5 anos, e o valor líquido de venda esperado para o equipamento, no final do 5º ano, foi estimado em R\$ 800.000,00. Como o equipamento é utilizado de forma contínua e sem interrupção, a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e a vida útil para fins fiscais é definida pela Receita Federal em 10 anos. No final de 2015 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (teste de "impairment") para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2015:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00



– Valor em uso = R\$ 1.870.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,

- a) 1.940.000,00.
- b) 1.900.000,00.
- c) 1.880.000,00.
- d) 1.860.000,00.
- e) 1.870.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Data de aquisição = 30/06/2015
- Custo de Aquisição = R\$ 2.000.000,00,
- Vida útil estimada = 5 anos
- Vida útil fins fiscais = 10 anos
- Valor residual = R\$ 800.000,00.

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

$$\begin{aligned}\text{Valor depreciável} &= \text{Custo de aquisição} - \text{Valor Residual} \\ \text{Valor depreciável} &= 2.000.000 - 800.000 = \text{R\$ } 1.200.000,00\end{aligned}$$

A próxima etapa é calcular a depreciação:

Professores, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e para fins fiscais é de 10 anos. Qual devemos utilizar?

Encontramos a resposta no CPC 01:

Vida útil é:

*O período de **tempo** no qual a **entidade espera usar** um ativo; ou*

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 1.200.000}{60 \text{ meses}} = \text{R\$ } 20.000 \text{ por mês}$$

Obs.: 5 anos = 60 meses

$$\text{Depreciação Acumulada em 31/12/2015} = 20.000 \times 6 \text{ meses} = \text{R\$ } 120.000,00$$

Obs.: a diferença entre 30/06/2015 e 31/12/2015 é de 6 meses

Vejamos o valor contábil:



Valor contábil 31/12/2015 = Custo de Aquisição – Depreciação Acumulada

Valor contábil 31/12/2015 = 2.000.000 – 120.000 = R\$ 1.880.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade em 31/12/2015, temos:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.870.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 1.870.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 1.880.000,00

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – Valor recuperável

Perda por recuperabilidade = R\$ 1.880.000 - R\$ 1.870.000,00 = R\$ 10.000,00

Assim, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi R\$ 1.870.000,00.

O gabarito é letra e.

34.(FCC/CREMESP/Analista de Gestão Financeira e Contábil/2016) A empresa Genipabu S.A. possuía um imóvel cujo valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada). Ao fazer o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), a empresa verificou que o valor justo líquido das despesas de venda diminuiu bastante. Os engenheiros avaliaram que o valor em uso do imóvel era R\$ 40.000,00. Sabendo que o valor justo líquido das despesas de venda era R\$ 37.000,00, é correto afirmar que, na data em que o teste de impairment foi realizado,

- a) houve um ganho por valorização de R\$ 3.000,00.
- b) houve um perda por desvalorização de R\$ 3.000,00.
- c) houve uma perda por desvalorização de R\$ 13.000,00.
- d) houve uma perda por desvalorização de R\$ 10.000,00.
- e) não houve perda nem ganho no teste de impairment do bem.

Comentários:

Foi informado que o valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada).

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 40.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 37.000,00.



Portanto, o valor recuperável é R\$ 40.000 (Maior valor). Como o valor contábil do ativo é de 50.000, isto é, MAIOR do que o valor recuperável, a empresa reconheceu perda por desvalorização de R\$ 10.000 (50.000 – 40.000).

O gabarito é a letra d.

35. (FCC/SEFAZ PI/Auditor Tributário/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("*impairment*") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentários:

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Lembramos que, se o valor recuperável for maior que o valor contábil, não há necessidade de nenhum ajuste.

Por outro lado, se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a empresa contabiliza uma perda com impairment (perda com teste de recuperabilidade).

Vamos aos cálculos:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Valor residual</i>	<i>-R\$ 30.000,00</i>
<i>= Valor depreciável</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses.



A depreciação mensal é de \$150.000,00 / 60 meses = \$2.500,00 por mês.

A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

Depreciação acumulada = \$2.500 x 3 meses = \$7.500,00

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.500,00</i>
<i>= Valor contábil</i>	<i>R\$ 172.500,00</i>

O Valor Recuperável é o maior entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido Realizável de Venda.

Entre o "Valor Justo" e o "Valor em Uso", o maior é o Valor em Uso de \$ 170.000,00.

Agora é só comparar:

- Valor contábil = \$172.500,00
- Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado).....2.500,00

C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)...2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.500,00</i>
<i>(-) Ajuste para perda com recuperabilidade</i>	<i>-R\$ 2.500,00</i>
<i>=Valor contábil</i>	<i>R\$ 170.000,00</i>

O gabarito é letra d.

36. (FCC/TCM – GO/Auditor de Controle Externo/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00



Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

Comentários:

Essa é para resolver de cabeça. Veja as informações da questão:

- Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas

- Valor Recuperável = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000.

O gabarito é letra B.

37. (FCC/CNMP/Controle Interno/2015) Um equipamento foi adquirido por uma empresa pelo valor de R\$ 1.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 5º ano foi estimado em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente. Sabe-se, ainda, que para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos. No final de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (impairment) para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2013:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 930.000,00
- Valor em uso = R\$ 945.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 950.000,00.
- b) 940.000,00.
- c) 945.000,00.
- d) 930.000,00.
- e) 970.000,00.



Comentários:

A questão tenta confundir, citando aspectos que devem ser considerados exclusivamente para o Imposto de Renda ("tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente", "para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos")

Não caia nessa. Para a contabilidade, vale a melhor estimativa técnica ("a empresa definiu sua vida útil em 5 anos").

Vamos aos cálculos contábeis:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 1.000.000,00</i>
<i>(-) Valor residual</i>	<i>-R\$ 400.000,00</i>
<i>= valor depreciável</i>	<i>R\$ 600.000,00</i>

$$\text{Depreciação mensal} = \$600.000,00 / 60 \text{ meses} = \$10.000 \text{ por mês.}$$

$$\text{Depreciação acumulada} = \$ 10.000 \times 6 \text{ meses} = \$ 60.000.$$

Valor original	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 60.000,00
=Valor contábil	R\$ 940.000,00

Vamos comparar o Valor Contábil com o Valor Recuperável

O Valor recuperável é o maior entre os dois valores abaixo:

- Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 930.000,00
- Valor em uso	R\$ 945.000,00

Assim, o Valor Recuperável é \$945.000,00. Como o Valor Contábil é menor (\$ 940.000) não há perda por Impairment (não há perda com teste de recuperabilidade).

Nesse caso, o valor evidenciado no Balanço Patrimonial é o Valor Contábil de \$ 940.000,00.

O gabarito é letra b.

38. (FCC/TCE – CE/Auditor/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por **desvalorização ("impairment")** no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.



Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

- A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
- D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era

$$\$14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de \$800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

O gabarito é letra a.

39. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015) A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de aquisição.....	1.200.000,00
(-) Perda por impairment.....	200.000,00
(=) Valor contábil do ativo.....	1.000.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:



Valor em uso do Ativo.....1.050.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda900.000,00.

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

A) um ganho por reavaliação de R\$ 50.000,00.

B) uma perda por impairment de R\$ 150.000,00.

C) uma reversão da perda por impairment de R\$ 50.000,00.

D) uma perda por impairment de R\$ 100.000,00.

e) uma reversão da perda por impairment de R\$ 200.000,00.

Comentários:

O valor recuperável é de \$ 1.050.000 (lembramos que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas).

O valor contábil do ativo é de \$1.000.000.

Quando o valor recuperável é maior que o valor contábil, normalmente não precisa efetuar nenhuma contabilização.

Mas, quando a empresa reconheceu uma perda por impairment anteriormente, é necessário reverter a perda anteriormente contabilizada, de forma total ou parcial.

A perda já reconhecida é de \$200.000. Assim, a empresa deve reverter parcialmente a perda por impairment, no valor de \$50.000,00.

O gabarito é letra c.

40.(FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT/16/2014) A empresa Marcas & Patentes S.A. possuía, em 31/12/12, um ativo intangível com vida útil indefinida (correspondente ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil de R\$ 280.000,00 era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 320.000,00.

- Perda por desvalorização (impairment) reconhecida em 2012: R\$ 40.000,00.

Em 31/12/13, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 240.000,00.

- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 330.000,00.

Com base nas informações acima, a empresa Marcas & Patentes, em 31/12/13,

a) não fez nenhum registro contábil.

b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.

c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.



d) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00.

e) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00 e reconheceu um ganho no valor de R\$ 10.000,00.

Comentários:

- Valor contábil 280.000,00

Devemos comparar o valor contábil com:

- Valor em uso 240.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda 330.000,00

O valor recuperável será, portanto, de R\$ 330.000,00.

Em alguns casos, quando as causas que originaram a perda por desvalorização deixam de existir ou são diminuídas, procedemos à reversão da perda por desvalorização. As hipóteses (a serem estudadas na aula 01) são válidas para os casos de ativos individuais ou unidades geradoras de caixa.

Assim, se estivéssemos perante um ativo individual e a questão fosse pouco mais clara a respeito de que o aumento se deu porque os fatores que geraram a desvalorização em períodos anteriores deixaram de existir, reverteríamos o valor, até determinado limite (o valor contábil sem qualquer perda).

Para o ágio derivado por expectativa de rentabilidade futura, porém, vigem regras diferentes.

O CPC 01 é claro a esse respeito.

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

125. O Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível proíbe o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente. Qualquer aumento no valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) nos períodos subsequentes ao reconhecimento de perda por desvalorização para esse ativo é equivalente ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente (goodwill gerado internamente) e não reversão de perda por desvalorização reconhecida para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Portanto, uma vez que a questão trata de ágio por expectativa de rentabilidade futura, nenhum ajuste há que ser feito.

O gabarito é letra a.



41. (FCC/SABESP/Contabilidade/2014) Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R\$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R\$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.

Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (impairment), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Pela análise do teste de impairment, a empresa Boas Ideias

- A) não fez nenhum ajuste.
- B) reconheceu uma perda de R\$ 10.000.
- C) reconheceu um ganho de R\$ 20.000.
- D) reconheceu uma perda de R\$ 60.000.
- E) reconheceu uma perda de R\$ 30.000.

Comentário:

O valor contábil da marca inclui os gastos com o registro. Assim, temos:

$$\text{Marca } \$ 300.000 + \text{registro } \$ 50.000 = \$ 350.000$$

O valor recuperável é o maior entre os seguintes valores:

- Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Portanto, o valor recuperável é \$320.000. Como o valor contábil menor, a empresa deve reconhecer uma perda com impairment de:

$$\$ 350.000 - \$ 320.000 = \$ 30.000.$$

O gabarito é letra e.

42. (FCC/TRT 19/Contabilidade/2014) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2010, um equipamento por R\$ 300.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada do equipamento, na data da aquisição, foi de 10 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era de 6 anos e o valor residual reestimado de R\$ 41.000,00. Em 31/12/2012, antes de encerrar o exercício social, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:



- Valor em uso: R\$ 230.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Com base nestas informações, o valor da Perda por Desvalorização (*impairment*) reconhecida em 2012 e o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2012, foram, respectivamente, em reais,

- A) zero; 233.500,00.
- B) 3.500,00; 230.000,00.
- C) 8.500,00; 225.000,00.
- D) zero; 226.000,00.
- E) zero; 192.500,00.

Comentários:

Esta questão mistura reestimativa da vida útil e do valor residual com o Teste de Recuperabilidade.

Vamos lá:

$$\text{Valor depreciável} = \text{valor original} - \text{valor residual}$$

$$\text{Valor depreciável} = \$300.000 - \$20.000 = \$280.000$$

Como a Vida útil = 10 anos, podemos utilizar essa informação para calcular a depreciação:

$$\text{Depreciação anual} = \$280.000 / 10 \text{ anos} = \$28.000$$

Portanto, a depreciação do ano de 2011 foi de \$28.000. Em 31.12.2011, o ativo estava registrado assim:

<i>Valor original</i>	<i>300.000</i>
<i>(-) Depreciação acumulada</i>	<i>(28.000)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>272.000</i>

A empresa reavaliou que a vida útil seria de 6 anos e o valor residual de \$41.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.

Valor contábil 272.000 – novo valor residual 41.000 = 231.000

Este é o novo valor depreciável (\$231.000). Como a vida útil foi reestimada em 6 anos, a depreciação anual será: \$231.000 / 6 anos = \$38.000 (depreciação anual).

Ao final de 2012, a contabilização será a seguinte:

<i>Valor original</i>	<i>300.000</i>
-----------------------	----------------



<i>(-) Depreciação ano 2011</i>	<i>(28.000)</i>
<i>(-) Depreciação ano 2012</i>	<i>(38.500)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>233.500</i>

Valor recuperável: é o maior entre

- Valor em uso: R\$ 230.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Assim, o valor recuperável é de R\$230.000.

Como é menor que o Valor Contábil, devemos reconhecer uma perda:

Valor contábil \$233.500 – Valor recuperável \$230.000 = 3.500 Perda

Já podemos apontar a resposta: letra B.

O valor contábil:

<i>Valor original</i>	<i>300.000</i>
<i>(-) Depreciação ano 2011</i>	<i>(28.000)</i>
<i>(-) Depreciação ano 2012</i>	<i>(38.500)</i>
<i>(-) perda por impairment</i>	<i>(3.500)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>230.000</i>

43.(FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013) O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:

Ativo Imobilizado	R\$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R\$ 19.000,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R\$ 2.000,00)
- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos
- Valor em uso em 31/12/2012: R\$ 18.000,00
- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R\$ 1.500,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R\$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.



Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R\$,

- A) 0,00
- B) 1000,00
- C) 1.248,69
- D) 2.000,00
- E) 3.000,00

Comentários:

A pegadinha da questão é informar o Valor em Uso e o valor de venda estimado para a máquina, ao final da vida útil.

Ocorre que esse valor já está incluindo no valor em uso.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros incluem o valor residual.

Vamos calcular o valor recuperável e comparar com o valor contábil.

O Valor Recuperável é o maior entre o valor líquido de vendas e o valor em uso.

- Valor líquido de venda: $19.000 - 2.000 = 17.000$
- Valor em uso: 18.000

Assim, o valor recuperável é o valor em uso, de 18.000. O valor contábil é de 20.000.

A empresa deve reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de:

$$20.000 - 18.000 = 2.000$$

O gabarito é letra d.

44. (FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013) A Cia. Inoxidável possuía, em 31/12/2012, em seu ativo imobilizado, um Auto Forno utilizado na produção de aço, com as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício de 2012:

Custo de aquisição:	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 200.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R\$ 800.000,00

Ao realizar o teste de impairment, a Cia. obteve as seguintes informações:

Valor em uso do Auto Forno:	R\$ 720.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda:	R\$ 500.000,00.



Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício financeiro de 2012, a Cia. Inoxidável:

- (A) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).
- (B) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 80.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 280.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 500.000,00.

Comentários:

<i>Valor contábil</i>	<i>800.000,00</i>
<i><u>Valor recuperável</u></i>	<i><u>720.000,00</u></i>
<i>Perda com ajuste ao valor recuperável</i>	<i>80.000,00</i>

O gabarito é letra b.

45. (FCC/Analista Judiciário/STJ/2012) Uma determinada empresa apresentava, em 31/12/2011, as seguintes informações a respeito de um imobilizado:

Custo de aquisição:	R\$ 200.000,00
Depreciação acumulada:	R\$ 50.000,00
Perda por Impairment:	R\$ 40.000,00

A empresa decidiu vender este imobilizado, em 31/12/2011, por R\$ 100.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda do imobilizado foi, em reais,

- a) 100.000 de lucro.
- b) 50.000 de prejuízo.
- c) 60.000 de prejuízo.
- d) 10.000 de prejuízo.
- e) 0 (zero).

Comentários:

Valor contábil = 110.000,00 (200 – 50 – 40)

Valor de venda = 100.000,00

Prejuízo de R\$ 10.000,00.

O gabarito é letra d.



19.2 – COPS UEL

46.(COPS UEL/CM Londrina/Contador/2017) Com base nos critérios de avaliação do ativo e do passivo, bem como no disposto na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- III. Despesas de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- IV. Perda por desvalorização são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentários:

Questão literal dos termos utilizados neste Pronunciamento Técnico. Vejamos:

I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

Correto, a alternativa trouxe um “CONTROL C + CONTROL V” (rsrsr...) da definição trazida pelo pronunciamento.

II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Correto, mais uma vez a banca trouxe a descrição fornecida pelo CPC 01.

III. ~~Despesas de venda ou de baixa~~ é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Errado, o item III apresenta a conceituação de Perda por desvalorização.

IV. ~~Perda por desvalorização~~ são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Errado, o item IV apresenta a conceituação de Despesas de venda ou de baixa.



Vejam que a questão inverteu os conceitos dos itens III e IV.

O gabarito é letra a.

47.(COPS UEL/SEFA PR/Auditor Fiscal/2012) Quanto à redução do valor recuperável de ativos, considera-se o montante pelo qual o valor contábil de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, excede seu valor recuperável como

- a) despesas de venda ou de baixa.
- b) perda por desvalorização.
- c) valor depreciável, amortizável e exaurível.
- d) valor justo líquido de despesa de venda.
- e) valor recuperável.

Comentários:

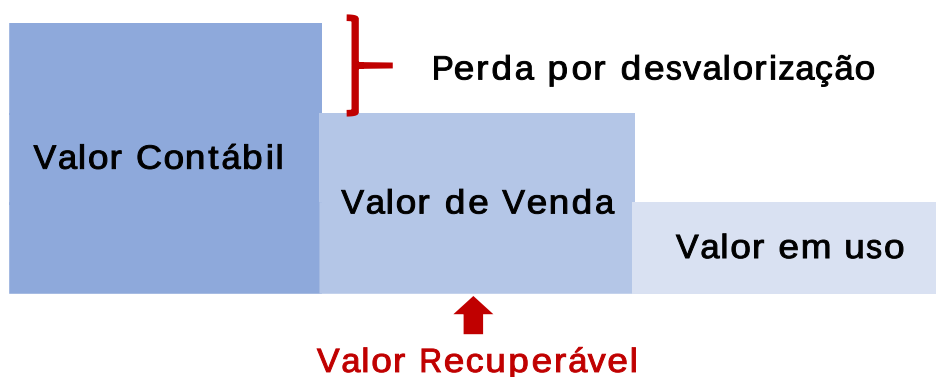
Mais uma questão sobre definições.

Tome nota! Quando o valor contábil excede o valor recuperável (MAIOR entre valor líquido de despesas de venda e uso), temos uma perda por desvalorização. O gabarito é letra b.

Para facilitar, exemplificando, rapidamente:

- Valor contábil 120.000,00
- Valor líquido de despesas de venda 80.000,00
- Valor em uso 40.000

Esquematinizemos:



19.3 – UFPR

48.(NC-UFPR/CM Pinhais/Contador/2015) A desvalorização do Ativo pode ocorrer pelos seguintes eventos, EXCETO:

- a) obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) redução da mais valia do ativo, além do previsto.
- c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto.
- d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com efeitos prospectivos no fluxo de caixa gerado pelos Ativos.
- e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso.

Comentários:

- a) obsolescência ou dano físico do ativo.

Correto. Segundo o CPC 01:

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de **obsolescência ou de dano físico de um ativo**; (LETRA A)

- b) redução da mais valia do ativo, além do previsto.

Correto. Consoante esse pronunciamento:

Indicadores Externos:

(d) o **valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado**; (LETRA B)

Adendo! Mais Valia = Valor justo dos ativos líquidos (-) valor contábil

- c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto.

Correto. Conforme o CPC 01:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o **valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal**; (Alterada pela Revisão CPC 03) (LETRA C)



d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com ~~efeitos prospectivos~~ no fluxo de caixa gerado pelos Ativos.

Errado, de acordo com o pronunciamento 01:

Fontes internas de informação:

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram DURANTE O PERÍODO, OU OCORRERÃO EM FUTURO PRÓXIMO, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

Ou seja, o item erra ao associar apenas a efeitos futuros, já que o correto seria: *DURANTE O PERÍODO, OU OCORRERÃO EM FUTURO PRÓXIMO*. Então, esse é o nosso gabarito.

e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso.

Correto,

Indicadores Externos:

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo; (LETRA E)

Diante do exposto, o gabarito é letra d.

Observação: o CPC 01 trouxe alguns indicadores, não exaustivos, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

49. (UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR /Contabilidade/2015) Em relação aos elementos que devem estar presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo, considere os seguintes itens:

1. Estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
2. Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros.
3. Valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.
4. Preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio).
5. Fatores, como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

São elementos presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo:

- a) 2 e 3 apenas.
- b) 3 e 5 apenas.



- c) 1, 2 e 4 apenas.
- d) 1, 4 e 5 apenas.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

Comentários:

De acordo com o item 30 do CPC 01, temos:

30. Os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

- (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- (b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;
- (c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
- (d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e
- (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo

Percebam que todos os itens estão corretos. Logo, o gabarito é letra e.

50.(NC-UFPR/ITAIPU/Profissional Nível Universitário Jr - Ciências Contábeis/2015) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e suas alterações posteriores visam determinar os procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Em função do exposto, considere um ativo imobilizado de uma sociedade empresária que, em 31 de dezembro de 2014, apresentou um valor original de aquisição de \$ 50.000 e depreciação acumulada até essa data de \$ 10.000, e para o qual foi determinado \$ 30.000 como seu valor justo líquido das despesas estimadas com sua venda, e \$ 26.000 como o valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 24.000.
- b) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 20.000.



- c) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 14.000.
- d) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000.
- e) A sociedade empresária não deverá reconhecer perda por redução ao valor recuperável, pois o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável.

Comentários:

Situação em 31 de dezembro de 2014

Valor original de aquisição de \$ 50.000,00

(-) Depreciação acumulada (\$ 10.000,00)

(=) Valor Contábil 40.000,00

Posteriormente, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado = \$ 26.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda = \$ 30.000,00

Assim, o valor recuperável é \$ 30.000,00. Como é Menor que o valor contábil (R\$ 40.000), então a sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000 (40.000-30.000).

O gabarito é letra d.

51.(NC-UFPR/PCie PR/Perito Oficial/Área 7 - Perito Criminal/2007) Um quesito de inquérito empresarial questionava o valor real dos ativos de uma empresa S.A. A quantia investida em obras de arte com notas do artista apontava um valor de R\$ 1.300.000,00. Uma pesquisa do valor de mercado das obras com um especialista em avaliação de quadros reduziu o valor do acervo a R\$ 250.000,00. Os ativos mencionados apresentam-se:

- a) subavaliados em 400%.
- b) superavaliados em 52%.
- c) subavaliados em 192%.
- d) superavaliados em 520%.
- e) superavaliados em 300%.



Comentários:

No caso concreto:

- Valor contábil = R\$ 1.300.000,00.
- Valor de venda = R\$ 250.000,00.
- Valor de uso = ?

Assim, utilizaremos como valor recuperável R\$ 250.000,00.

Tal hipótese é permitida pelo pronunciamento 01:

21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Após essas considerações, precisamos fazer uma regra de três

Valor recuperável de R\$ 250.000 _____ 100%

Valor Contábil de R\$ 1.300.000 _____ X

$$X = \frac{1.300.000 \times 100}{250.000} = 520\%$$

Obs.: nessa situação (valor recuperável < valor contábil) devemos considerar o valor recuperável como 100% e não o valor contábil.

Nota-se que os ativos apresentam-se **SUPERAVALIADOS** (Valor Contábil > Valor recuperável) em 520%.

O gabarito é letra d.



19.4 – PUC PR

52.(PUC-PR/COPEL/Contador/Sênior/2009) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 01 – Redução a Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, constantes na Deliberação CVM 527/07 e na Resolução do CFC n.º 1.110/07, ao mensurar o valor em uso de um ativo, a entidade deve:

() Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

() Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

() Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

a) V, V, F.

b) V, V, V.

c) F, V, V.

d) F, V, F.

e) F, F, V.

Comentários:

Questão literal! Precisamos recorrer ao item 33 do CPC 01 (R1):

Base para estimativas de fluxos de caixa futuros

33. Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

(a) basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto (range) de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo. Peso maior deve ser dado às evidências externas;



(b) basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes aprovados pela administração que, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo;

(c) estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa média de crescimento, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

A seguir, comparemos o texto do pronunciamento com os quesitos:

(F) Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

Falso, conforme a *alínea a, item 33 do CPC 01*. Em síntese, a análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **PERÍODO MÁXIMO DE 5 ANOS ADIANTE** (salvo se se justificar período mais longo).

(V) Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

Verdadeiro, praticamente repetiu a *alínea a, item 33* desse pronunciamento.

(V) Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

Verdadeiro, dessa vez a banca parafraseou a *alínea c, item 33 do CPC 01*.

Diante das explicações, podemos marcar letra c como gabarito.



20. LISTA DE QUESTÕES



20.1 - FCC

- 1.(FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Em 01/01/2016, a Cia. Peso Leve adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 3.400.000,00. Na data da aquisição, a vida útil definida para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado foi R\$ 200.000,00. Em 01/01/2017, a Cia. reavaliou a condição de uso do equipamento, estabeleceu a vida útil remanescente em 15 anos e o novo valor residual estimado em R\$ 240.000,00. Sabendo que a Cia. Peso Leve utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,
- (A) 2.840.000,00.
 (B) 2.600.000,00.
 (C) 2.528.000,00.
 (D) 2.768.000,00.
 (E) 2.640.000,00.
2. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:
- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
 - Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.
- Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:
- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
 - Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.
- Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora
- (A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.



- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
 (C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.
 (D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
 (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

3. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição R\$ 650.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
 (B) não fez nenhum registro contábil.
 (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
 (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
 (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

4. (FCC/ISS-MANAUZ/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00
 (–) Amortização Acumulada (3.500.000,00)
 (=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00



O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

5. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- a) 42.500,00.
- b) 122.500,00.
- c) 17.500,00.
- d) 147.500,00.
- e) 175.000,00.

6. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.



- d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

7. (FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.
- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.
- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.
- e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

8. (FCC/METRO SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior - Contabilidade/2019) A empresa Jabaquara adquiriu alguns ativos da Empresa Tucuruvi em 01/jan/X0 por R\$ 2.400.000,00. Nessa data, os ativos adquiridos apresentavam os seguintes valores justos:

Terreno:..... R\$ 400.000,00

Prédio: R\$ 600.000,00

Máquinas e equipamentos: R\$ 900.000,00

Em 01/jul/X1, um concorrente lançou um novo produto no mercado que impactará na avaliação dos ativos elencados anteriormente, já que o novo produto revolucionou a forma de produção dos ativos da Jabaquara.

Na tabela abaixo, são apresentados os valores referentes às avaliações desses imobilizados da Jabaquara:

Ativos	Taxa de depreciação (sem valor residual)	Valor contábil líquido	Valor em uso	Valor justo
Terreno	-	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ 405.000,00
Prédio	20 anos	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 560.000,00
Máquinas e equipamentos	1,67 anos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 230.000,00

O valor da perda por redução ao valor recuperável de cada um desses ativos da empresa Jabaquara, em 01/Jul/X1, é

- a) Terreno = R\$ 10.000,00; Prédio = R\$ 15.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 150.000,00.



- b) Terreno = R\$ 15.000,00; Prédio = R\$ 20.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.
 c) Terreno = R\$ 5.000,00; Prédio = R\$ 5.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
 d) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
 e) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.

9. (FCC/DPE-AM/ Analista em Gestão/Especializado de Defensoria-Ciências Contábeis/2018)
 O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2011, o saldo contábil de R\$ 600.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição	1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(100.000,00)
(=) Saldo Contábil	600.000,00

Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes identificou um valor residual de R\$ 50.000 no final desta nova vida útil. A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2012, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment):

– Valor justo líquido de despesas de venda	580.000,00
– Valor em uso	585.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, foi, em reais,

- a) 490.000,00.
 b) 570.000,00.
 c) 580.000,00.
 d) 585.000,00.
 e) 590.000,00

10.(FCC/SEGEF MA/Analista Previdenciário - Atuarial e Contábil/2018) A empresa Ilusória S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, o saldo de R\$ 43.000.000,00 para a conta Intangíveis, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	50.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(7.000.000,00)
(=) Saldo da conta	43.000.000,00

As informações sobre os ativos intangíveis são apresentadas na tabela abaixo:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Concessão	35.000.000,00	7.000.000,00	20 anos
Marca adquirida	15.000.000,00	-	Indefinida
Total	50.000.000,00	7.000.000,00	-



Em 31/12/2017, após o cálculo da amortização, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") para os dois itens componentes e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo líquido das despesas de venda (R\$)	Valor em uso (R\$)
Concessão	Não existe	26.500.000,00
Marca adquirida	13.000.000,00	14.000.000,00

O saldo a ser apresentado para a conta Intangíveis no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Ilusória S.A. deveria ser, em reais,

- a) 40.500.000,00.
- b) 40.250.000,00.
- c) 39.500.000,00.
- d) 39.250.000,00.
- e) 41.250.000,00.

11. (FCC/SEGEP-MA/Analista Previdenciário - Financeira e Contábil/2018) A Cia. Perdas & Ganhos apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 5.000.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 7.000.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 2.000.000,00.

Em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017 a Cia. Perdas & Ganhos

- a) não fez nenhum ajuste e manteve o valor contábil de R\$ 5.000.000,00.
- b) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- c) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.
- d) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- e) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.



12. (FCC/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo - Contador/2018) A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes

informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

- a) não alterou o valor contábil da Patente.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

13.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Uma empresa adquiriu uma marca que poderá ser explorada pelo prazo de 10 anos, não podendo ser revendida no final deste prazo. O preço pago foi R\$ 5.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2016. Em 31/12/2017, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a marca adquirida:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Com base nessas informações, no resultado de 2017 a empresa deveria ter reconhecido uma

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 800.000,00, apenas.



14.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 28/02/2017, a empresa Monta e Desmonta comprou uma nova máquina no valor de R\$ 160.000,00, à vista, com vida útil econômica estimada de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, após utilizar a máquina por 10 meses, a empresa Monta e Desmonta reavaliou a vida útil econômica remanescente da máquina em 40 meses e valor residual de R\$ 15.000,00. Em 31/10/2018, a empresa Monta e Desmonta decidiu vender esta máquina por R\$ 130.000,00, à vista. Com base nessas informações, o resultado obtido pela empresa Monta e Desmonta com a venda da máquina foi, em reais,

- (A) 25.000,00, de ganho.
- (B) 28.000,00, de ganho.
- (C) 5.000,00, de prejuízo.
- (D) 5.000,00, de ganho.
- (E) 40.000,00, de ganho.

15. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

- A) 1.050.000,00.
- B) 830.000,00.
- C) 990.000,00.
- D) 770.000,00.
- E) 880.000,00.

16. (FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

– Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.

– Perda por desvalorização ("impairment"): R\$ 400.000,00.

Em 31/12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:



- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- a) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- b) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- d) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

17.(FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018) Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

18.(FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,



- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

19.(FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

- (A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.
- (B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.
- (C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.
- (D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.
- (E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

20.(FCC/Analista/TRT 2ª/2018)A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.



- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

21.(FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.

22.(FCC/Analista/TRF 5ª/2017)A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

- (A) 450.000,00.
- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.



23.(FCC/Especialista/ARTESP/2017) A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição): R\$ 400.000,00

(-) Depreciação acumulada: R\$ 100.000,00

(=) Valor do ativo: R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo: R\$ 350.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

(A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.

(B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.

(C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.

(D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.

(E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

24. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição R\$ 800.000,00

(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015) (R\$ 300.000,00)

(=) Valor contábil do ativo R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso R\$ 650.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

a) 600.000,00

b) 650.000,00

c) 550.000,00

d) 500.000,00

e) 800.000,00

25. (FCC/AL-MS/Contador/2016) A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:



Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

a) não fez qualquer registro.

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.

c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.

d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.

e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

26. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A Empresa Cromo S.A. avaliou sua unidade geradora de caixa para verificar a existência de perda de valor recuperável.

Considere que a empresa identificou os seguintes valores para esta unidade:

Valores históricos da UGC R\$ 1.000.000,00

Depreciação Acumulada R\$ 270.000,00

Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC R\$ 685.000,00

Valor de venda da UGC R\$ 730.000,00

É correto afirmar que

a) a perda de valor recuperável é de R\$ 45.000,00.

b) não há perda de valor recuperável.

c) a perda de valor recuperável é de R\$ 270.000,00.

d) a perda de valor recuperável é de R\$ 315.000,00.

e) o novo valor a ser atribuído para a UGC é de R\$ 685.000,00.

27.(FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R\$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

a) 2.828,61.



- b) 2.746,22.
- c) 2.913,47.
- d) 3.183,63.
- e) 3.000,00.

28.(FCC/SEFAZ MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2016) Um equipamento foi adquirido à vista por R\$ 10.000.000,00 em 31/03/2015 e a empresa definiu sua vida útil em 8 anos. O valor realizável líquido de despesa de venda do equipamento no final do prazo de vida útil para a empresa foi estimado em R\$ 4.000.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. No final do ano de 2015, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (teste de impairment) e os valores obtidos em 31/12/2015 para a realização do teste para o equipamento foram:

- Valor justo líquido de despesa de venda = R\$ 9.200.000,00
- Valor em uso = R\$ 9.300.000,00

Sabendo-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, o valor total que impactou negativamente o resultado de 2015, exclusivamente em relação ao equipamento, foi, em reais:

- (A) 937.500,00.
- (B) 450.000,00.
- (C) 750.000,00.
- (D) 562.500,00.
- (E) 700.000,00.

29. (FCC/ISS-Teresina/Auditor Fiscal/2016) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 400.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 40.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 10.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do ativo (teste de impairment) e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

- a) 280.000,00.
- b) 230.000,00.
- c) 270.000,00.



- d) 250.000,00.
- e) 240.000,00.

30. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) A empresa Volver S.A. adquiriu uma máquina em 31/12/2013 por R\$ 2.000.000,00, data em que a vida útil econômica e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 9 anos e R\$ 380.000,00. Em 31/12/2015, a empresa Volver S.A. realizou o teste de impairment da máquina e constatou que o seu valor em uso era R\$ 1.600.000,00 e o seu valor justo líquido das despesas de vendas era R\$1.550.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa de depreciação anual da máquina e não foram realizadas reestimativas da vida útil econômica e do valor residual. Sabendo que, antes de 31/12/2015, não foi reconhecida qualquer perda por impairment, o valor contábil da máquina em 31/12/2015 foi, em reais, de

- a) 1.640.000,00.
- b) 1.600.000,00.
- c) 1.550.000,00.
- d) 1.620.000,00.
- e) 1.260.000,00.

31. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) O Valor Recuperável de um determinado ativo é o

- a) menor entre o seu valor de reposição e o seu custo histórico.
- b) menor entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu custo histórico.
- c) menor entre o seu valor realizável líquido e o seu valor contábil.
- d) maior entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso.
- e) maior entre o seu valor em uso e o seu valor contábil líquido.

32. (FCC/ARSETTE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R\$ 250.000,00, composto por:

- Valor de custo: R\$ 350.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R\$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,



- a) 250.000,00.
- b) 280.000,00.
- c) 240.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 210.000,00.

33. (FCC/PGM Teresina/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) Em 30/06/2015 a empresa Equipada com Tecnologia S.A. adquiriu, à vista, um equipamento industrial pelo valor de R\$ 2.000.000,00. A empresa definiu a vida útil do equipamento em 5 anos, e o valor líquido de venda esperado para o equipamento, no final do 5º ano, foi estimado em R\$ 800.000,00. Como o equipamento é utilizado de forma contínua e sem interrupção, a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e a vida útil para fins fiscais é definida pela Receita Federal em 10 anos. No final de 2015 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (teste de "impairment") para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2015:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.870.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,

- a) 1.940.000,00.
- b) 1.900.000,00.
- c) 1.880.000,00.
- d) 1.860.000,00.
- e) 1.870.000,00.

34. FCC - Analista de Gestão Financeira e Contábil (CREMESP)/Contábil/2016 A empresa Genipabu S.A. possuía um imóvel cujo valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada). Ao fazer o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), a empresa verificou que o valor justo líquido das despesas de venda diminuiu bastante. Os engenheiros avaliaram que o valor em uso do imóvel era R\$ 40.000,00. Sabendo que o valor justo líquido das despesas de venda era R\$ 37.000,00, é correto afirmar que, na data em que o teste de impairment foi realizado,

- a) houve um ganho por valorização de R\$ 3.000,00.
- b) houve um perda por desvalorização de R\$ 3.000,00.
- c) houve uma perda por desvalorização de R\$ 13.000,00.
- d) houve uma perda por desvalorização de R\$ 10.000,00.
- e) não houve perda nem ganho no teste de impairment do bem.



35.(FCC/SEFAZ PI/Auditor Tributário/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("*impairment*") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

36.(FCC/TCM – GO/Auditor de Controle Externo/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.



37. (FCC/CNMP/Controle Interno/2015) Um equipamento foi adquirido por uma empresa pelo valor de R\$ 1.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 5º ano foi estimado em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente. Sabe-se, ainda, que para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos. No final de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (impairment) para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2013:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 930.000,00
- Valor em uso = R\$ 945.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 950.000,00.
- b) 940.000,00.
- c) 945.000,00.
- d) 930.000,00.
- e) 970.000,00.

38. (FCC/TCE – CE/Auditor/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por **desvalorização ("impairment")** no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

- A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
- D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.



39. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015) A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de aquisição.....	1.200.000,00
(-) Perda por impairment.....	200.000,00
(=) Valor contábil do ativo.....	1.000.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:

Valor em uso do Ativo.....1.050.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda900.000,00.

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

- A) um ganho por reavaliação de R\$ 50.000,00.
- B) uma perda por impairment de R\$ 150.000,00.
- C) uma reversão da perda por impairment de R\$ 50.000,00.
- D) uma perda por impairment de R\$ 100.000,00.
- e) uma reversão da perda por impairment de R\$ 200.000,00.

40. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT/16/2014) A empresa Marcas & Patentes S.A. possuía, em 31/12/12, um ativo intangível com vida útil indefinida (correspondente ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil de R\$ 280.000,00 era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 320.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment) reconhecida em 2012: R\$ 40.000,00.

Em 31/12/13, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 240.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 330.000,00.

Com base nas informações acima, a empresa Marcas & Patentes, em 31/12/13,

- a) não fez nenhum registro contábil.
- b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
- d) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00.
- e) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00 e reconheceu um ganho no valor de R\$ 10.000,00.



41.(FCC/SABESP/Contabilidade/2014) Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R\$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R\$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.

Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (impairment), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Pela análise do teste de impairment, a empresa Boas Ideias

- A) não fez nenhum ajuste.
- B) reconheceu uma perda de R\$ 10.000.
- C) reconheceu um ganho de R\$ 20.000.
- D) reconheceu uma perda de R\$ 60.000.
- E) reconheceu uma perda de R\$ 30.000.

42.FCC/TRT 19/Contabilidade/2014) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2010, um equipamento por R\$ 300.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada do equipamento, na data da aquisição, foi de 10 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era de 6 anos e o valor residual reestimado de R\$ 41.000,00. Em 31/12/2012, antes de encerrar o exercício social, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 230.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Com base nestas informações, o valor da Perda por Desvalorização (*impairment*) reconhecida em 2012 e o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2012, foram, respectivamente, em reais,

- A) zero; 233.500,00.
- B) 3.500,00; 230.000,00.
- C) 8.500,00; 225.000,00.
- D) zero; 226.000,00.
- E) zero; 192.500,00.

43.(FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013) O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:



Ativo Imobilizado	R\$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R\$ 19.000,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R\$ 2.000,00)
- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos
- Valor em uso em 31/12/2012: R\$ 18.000,00
- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R\$ 1.500,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R\$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.

Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R\$,

- A) 0,00
- B) 1000,00
- C) 1.248,69
- D) 2.000,00
- E) 3.000,00

44.(FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013) A Cia. Inoxidável possuía, em 31/12/2012, em seu ativo imobilizado, um Auto Forno utilizado na produção de aço, com as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício de 2012:

Custo de aquisição:	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 200.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R\$ 800.000,00

Ao realizar o teste de impairment, a Cia. obteve as seguintes informações:

Valor em uso do Auto Forno:	R\$ 720.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda:	R\$ 500.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício financeiro de 2012, a Cia. Inoxidável:

- (A) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).
- (B) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 80.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 280.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 300.000,00.



(E) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 500.000,00.

45.(FCC/Analista Judiciário/STJ/2012) Uma determinada empresa apresentava, em 31/12/2011, as seguintes informações a respeito de um imobilizado:

Custo de aquisição:	R\$ 200.000,00
Depreciação acumulada:	R\$ 50.000,00
Perda por Impairment:	R\$ 40.000,00

A empresa decidiu vender este imobilizado, em 31/12/2011, por R\$ 100.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda do imobilizado foi, em reais,

- a) 100.000 de lucro.
- b) 50.000 de prejuízo.
- c) 60.000 de prejuízo.
- d) 10.000 de prejuízo.
- e) 0 (zero).

20.2 – COPS UEL

46.(COPS UEL/CM Londrina/Contador/2017) Com base nos critérios de avaliação do ativo e do passivo, bem como no disposto na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- III. Despesas de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- IV. Perda por desvalorização são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.



47. (COPS UEL/SEFA PR/Auditor Fiscal/2012) Quanto à redução do valor recuperável de ativos, considera-se o montante pelo qual o valor contábil de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, excede seu valor recuperável como

- a) despesas de venda ou de baixa.
- b) perda por desvalorização.
- c) valor depreciável, amortizável e exaurível.
- d) valor justo líquido de despesa de venda.
- e) valor recuperável.

20.3 – UFPR

48.(NC-UFPR/CM Pinhais/Contador/2015) A desvalorização do Ativo pode ocorrer pelos seguintes eventos, EXCETO:

- a) obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) redução da mais valia do ativo, além do previsto.
- c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto.
- d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com efeitos prospectivos no fluxo de caixa gerado pelos Ativos.
- e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso.

49.(UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR /Contabilidade/2015) Em relação aos elementos que devem estar presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo, considere os seguintes itens:

1. Estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
2. Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros.
3. Valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.
4. Preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio).
5. Fatores, como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

São elementos presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo:

- a) 2 e 3 apenas.
- b) 3 e 5 apenas.
- c) 1, 2 e 4 apenas.
- d) 1, 4 e 5 apenas.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.



50.(NC-UFPR/ITAIPU/Profissional Nível Universitário Jr - Ciências Contábeis/2015) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e suas alterações posteriores visam determinar os procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Em função do exposto, considere um ativo imobilizado de uma sociedade empresária que, em 31 de dezembro de 2014, apresentou um valor original de aquisição de \$ 50.000 e depreciação acumulada até essa data de \$ 10.000, e para o qual foi determinado \$ 30.000 como seu valor justo líquido das despesas estimadas com sua venda, e \$ 26.000 como o valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 24.000.
- b) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 20.000.
- c) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 14.000.
- d) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000.
- e) A sociedade empresária não deverá reconhecer perda por redução ao valor recuperável, pois o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável.

51. (NC-UFPR/PCie PR/Perito Oficial/Área 7 - Perito Criminal/2007) Um quesito de inquérito empresarial questionava o valor real dos ativos de uma empresa S.A. A quantia investida em obras de arte com notas do artista apontava um valor de R\$ 1.300.000,00. Uma pesquisa do valor de mercado das obras com um especialista em avaliação de quadros reduziu o valor do acervo a R\$ 250.000,00. Os ativos mencionados apresentam-se:

- a) subavaliados em 400%.
- b) superavaliados em 52%.
- c) subavaliados em 192%.
- d) superavaliados em 520%.
- e) superavaliados em 300%.



20.4 – PUC PR

52.(PUC-PR/COPEL/Contador/Sênior/2009) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 01 – Redução a Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, constantes na Deliberação CVM 527/07 e na Resolução do CFC n.º 1.110/07, ao mensurar o valor em uso de um ativo, a entidade deve:

() Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

() Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

() Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

a) V, V, F.

b) V, V, V.

c) F, V, V.

d) F, V, F.

e) F, F, V.



21. GABARITO



GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. A | 27. A |
| 2. E | 28. E |
| 3. C | 29. D |
| 4. B | 30. B |
| 5. E | 31. D |
| 6. A | 32. A |
| 7. D | 33. E |
| 8. A | 34. D |
| 9. B | 35. D |
| 10. B | 36. B |
| 11. D | 37. B |
| 12. D | 38. A |
| 13. D | 39. C |
| 14. A | 40. A |
| 15. E | 41. E |
| 16. B | 42. B |
| 17. A | 43. D |
| 18. D | 44. B |
| 19. D | 45. D |
| 20. A | 46. A |
| 21. C | 47. B |
| 22. C | 48. D |
| 23. E | 49. E |
| 24. B | 50. D |
| 25. D | 51. D |
| 26. B | 52. C |



22. RESUMO



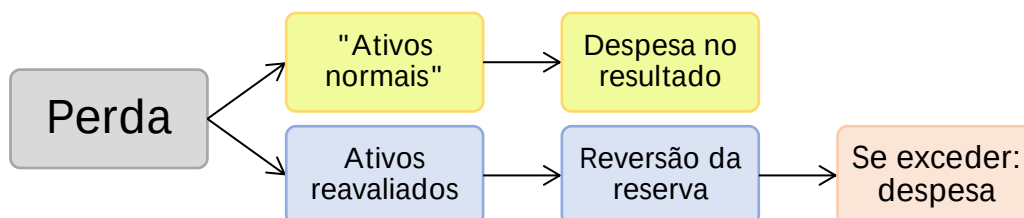
- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.
- 6) Saber os passos para calcular o teste de recuperabilidade:
 - a) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.
 - b) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.
 - b.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.
 - b.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

- c) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:
 - c.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.
 - c.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.



Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	



d) A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

e) A reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.

f) A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.